

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**ANA PAULA KNISS**

**OS LIMITES NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA  
DECISÃO DE PRONÚNCIA**

**FLORIANÓPOLIS - SC**

**2017**

**ANA PAULA KNISS**

**OS LIMITES NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA  
DECISÃO DE PRONÚNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
banca examinadora da Universidade Federal  
de Santa Catarina como requisito parcial à  
obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Bissoli Filho

Florianópolis - SC

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Os limites na aplicação do princípio do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia”, elaborado pela acadêmica Ana Paula Kniess, defendido em 10/11/2017 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (DEZ), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 10 de novembro de 2017



---

Francisco Bissoli Filho  
Professor Orientador




---

Mathias Foletto Silva  
Membro de Banca



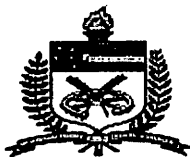
---

Beatriz Luiza Goedert de Campos  
Membro de Banca



---

Bianca Bez Goulart  
Membro de Banca



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**Coordenadoria do Curso de Direito**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluna: Ana Paula Kniess

RG: 5.613.609

CPF: 089.646.769-47

Matrícula: 13100097

Título do TCC: Os limites na aplicação do princípio do *in dubio pro societate* na  
decisão de pronúncia

Orientador: Francisco Bissoli Filho

Eu, Ana Paula Kniess, acima qualificada, venho, pelo presente termo, assumir integral  
responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de  
minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 10 de novembro de 2017

Ana Paula Kniess

Ana Paula Kniess

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Francisco Bissoli Filho, pelas sábias sugestões, pelas excelentes indicações bibliográficas, pela paciência, pela disposição em me ajudar e por estar sempre disponível. Agradeço por aceitar a incumbência de me guiar no desenvolvimento dessa pesquisa e, precipuamente, por ter sido tão dedicado, ágil e rígido durante a elaboração deste trabalho.

Aos demais membros da banca examinadora, Mathias Foletto Silva, Beatriz Luiza Goedert de Campos e Bianca Bez Goulart, por terem, gentilmente, aceitado o convite para avaliarem a minha monografia, assim como pelas contribuições que, certamente, tornarão esta pesquisa mais completa.

Aos meus pais e meu irmão, a quem devo eterna gratidão, por me apoiarem sempre, incentivarem nas minhas decisões e principalmente por sempre terem me estimulado tanto ao estudo. Também os agradeço pelo exemplo de honestidade, bondade e educação.

Ao meu namorado Gilbert, pelo suporte, compreensão, carinho e parceria em todos os momentos, desde o início da faculdade.

Aos amigos e colegas que fiz durante os cinco anos de graduação, pela amizade, pelo companheirismo, pela solidariedade, pelo conhecimento transmitido, que me proporcionou crescimento tanto pessoal quanto profissional.

Por fim, não posso olvidar de agradecer a todos os professores do curso de graduação em direito da Universidade Federal de Santa Catarina que elevaram o meu ensino a uma qualidade ímpar, por seus valiosos ensinamentos.

## RESUMO

A presente monografia trata dos limites na aplicação do princípio do *in dubio pro societate* na sentença de pronúncia. Primeiramente, busca-se traçar uma análise histórica do instituto do tribunal do júri, no Brasil, bem como refletir sobre a atual competência do júri e sobre o seu caráter de garantia individual. Em um segundo momento, descrevem-se as três fases do procedimento especial dos processos de competência do júri, mais precisamente os requisitos e a fundamentação da decisão de pronúncia, caracterizando-a, também, como uma garantia do indivíduo, em face da análise saneadora e do comedimento na linguagem e da verificação de lastro probatório suficiente. Por fim, a pesquisa objetiva sugerir limites à aplicação do princípio do *in dubio pro societate*, tendo em vista que a validade do julgamento em plenário depende da correta instrução probatória na primeira fase do júri, em que somente os processos com um suporte probatório apto a ensejar uma possível condenação sejam levados à sessão de julgamento do júri.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Decisão de pronúncia. Princípio do *in dubio pro societate*. Relativização.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 O TRIBUNAL DO JÚRI COMO UMA GARANTIA INDIVIDUAL.....</b>	<b>13</b>
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	13
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A INSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL .....	14
2.3 A ATUAL COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI .....	22
2.4 O TRIBUNAL DO JÚRI COMO UMA GARANTIA INDIVIDUAL .....	30
2.4.1 A capacidade dos jurados avaliarem melhor as condutas de seus pares .....	32
2.4.2 A teoria do garantismo penal de Luigi Ferrajoli.....	33
2.4.3 O tribunal do júri como uma decorrência da democracia .....	36
<b>3 A DECISÃO DE PRONÚNCIA E A SUA FUNÇÃO DE GARANTIA NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>40</b>
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	40
3.2 O PROCESSO NO TRIBUNAL DO JÚRI .....	40
3.2.1 A primeira fase do procedimento do júri: <i>iudicium accusationis</i> .....	41
3.2.2 A segunda fase do procedimento do júri: a preparação para o julgamento em plenário.....	44
3.2.3 A terceira fase do procedimento do júri: o julgamento em plenário .....	46
3.3 OS REQUISITOS DA DECISÃO DE PRONÚNCIA .....	49
3.4 A FUNÇÃO DE GARANTIA DA DECISÃO DE PRONÚNCIA .....	55
<b>4 A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> COMO GARANTIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....</b>	<b>61</b>
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	61
4.2 OS PRINCÍPIOS DO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> E DO <i>IN DUBIO PRO REO</i> .....	62
4.3 A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> .....	68
4.3.1 A aplicação do princípio do <i>in dubio pro societate</i> no oferecimento e no recebimento da denúncia .....	68
4.3.2 A aplicação do princípio do <i>in dubio pro societate</i> e as excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	70
4.3.3 A aplicação do princípio do <i>in dubio pro societate</i> na decisão de pronúncia e suas críticas .....	73

4.4 OS EXCESSOS NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE</i> E OS RISCOS OFERECIDOS À GARANTIA INDIVIDUAL DO TRIBUNAL DO JÚRI .....	77
4.5 A NECESSÁRIA RELATIVIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO <i>IN</i> <i>DUBIO PRO SOCIETATE</i> PARA QUE ESTE NÃO SE TRANSFORME EM INSTRUMENTO DE INJUSTIÇA PENAL .....	82
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>88</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O tribunal do júri, instituição mais que secular e democrática, é consagrado no ordenamento jurídico brasileiro desde o ano de 1822. Durante todo esse tempo, foram vislumbrados momentos em que o instituto atingiu o seu auge marcado pela democracia, assim como também teve tempos de declínio.

A sua atual competência em julgar os crimes dolosos contra a vida, disposta no artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea *d*, da Constituição Federal, demonstra sua demasiada importância na sociedade. Nota-se que o bem jurídico tutelado nessas tipificações legais é o maior de todos, pois se trata do bem da vida. Outorgou-se o poder de punir esses crimes ao tribunal do júri, em que os cidadãos julgam seus pares.

É bem verdade que os jurados agregam elementos benéficos ao julgamento, tendo em vista que, na maioria dos casos, pertencem à mesma classe social do autor, vivendo, assim, em uma realidade similar a do agente criminoso, o que permite uma melhor compreensão dos fatos. Juízes togados, correntemente, agem de modo mecânico ao mundo jurídico, por meio de seu olhar técnico e frio perante os crimes.

Além disso, Luigi Ferrajoli consubstancia a ideia do júri como uma garantia, ao optar, juntamente com a cultura iluminista, por um juiz não técnico e popular, bem como por defender o Estado social máximo, o qual está baseado na democracia substancial, que é a base do garantismo, segundo Ferrajoli. No momento da escolha dos jurados, está-se diante da democracia substancial, visto que engloba tanto as majorias como as minorias, todos detendo o mesmo peso em seu voto.

Trata-se também de instrumento de garantia, presente no procedimento especial dos processos de competência do júri, a decisão de pronúncia, a qual submete os casos à apreciação do conselho de sentença, na sessão de julgamento. Essa decisão detém a função de filtro contra acusações levianas manifestamente infundadas e destituídas de qualquer lastro probatório mínimo. Em contrapartida, fere a função garantidora da pronúncia a utilização indevida do princípio do *in dubio pro societate*, em que a maioria da jurisprudência o invoca a fim de que se remeta todo o qualquer processo à sessão plenária do júri, detendo ou não de mínimas provas. Torna-se muito mais fácil, simples e rápida a análise feita pelo magistrado na pronúncia, por não necessitar maiores motivações, mas apenas a sua invocação.

Este é o tema desta monografia: a aplicação do princípio do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia. Discute-se o problema acerca do limite nessa aplicação, estabelecendo como hipótese básica que a aplicação do princípio do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia deve observar um limite tênue, o qual se encontra na necessidade da existência de um conjunto probatório mínimo, firme e seguro, que contenha provas que ultrapassem a barreira de meras presunções e mine as possibilidades de uma condenação sem provas suficiente.

A utilização desenfreada do referido princípio causa problemas absurdos, no processo penal, tendo em vista que, além de superlotar o tribunal do júri, retira o papel de garantia do indivíduo, visto que o conselho de sentença só poderá agir de modo soberano se: 1) houver um conjunto de provas firmes, a fim de não ensejar julgamentos injustos, sem qualquer suporte probatório; e 2) a pronúncia tiver uma fundamentação com linguagem comedida, com o intuito de não influenciar na decisão dos jurados.

Por isso, o objetivo geral deste trabalho é demonstrar os limites na aplicação do princípio do *in dubio pro societate*, de modo que o acusado somente possa ser pronunciado se uma futura condenação for baseada em provas que deem certeza para uma condenação, levando em consideração uma base probatória minimamente apta e segura e não apenas indícios leves, vagos e imprecisos de autoria.

Mais precisamente, esta pesquisa visará a: 1) estudar o instituto do tribunal do júri no Brasil; 2) salientar a sua importância como garantia individual, desde a sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro até a sua disposição atual na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; 3) detalhar as três fases do procedimento relativo aos processos de competência do tribunal do júri, conceituar a decisão de pronúncia, expondo seus requisitos; 4) demonstrar a sua função no Estado Democrático de Direito; 5) estabelecer os limites na aplicação do princípio do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia; e 6) expor os riscos à garantia individual decorrentes dos excessos na sua aplicação.

Para isso, o trabalho fundamentar-se-á na teoria de base das garantias individuais fundamentais, defendida puramente pelo Luigi Ferrajoli, abarcando ainda ensinamentos de Rogério Lauria Tucci, Álvaro Antônio Sagulo Borges de Aquino, Guilherme de Souza Nucci e Nicola Flamarino dei Malatesta. O método para a sua elaboração será o dedutivo, partindo de aspectos mais gerais, como a instituição do júri e o processo que nele se realiza, bem como

a aplicação do *princípio in dubio pro societate* na pronúncia, até aspectos mais específicos sobre os limites na aplicação desse princípio.

O método de procedimento será, primeiramente, o descritivo, uma vez que se apresentará uma descrição sobre a instituição do júri e sobre o princípio do *in dubio pro societate*, inclusive sobre as teses de autores concordantes ou não com a teoria da aplicação relativa do princípio *in dubio pro societate*, para, em um segundo momento, com base no método argumentativo, adotar a posição mais adequada sobre a aplicação desse princípio para os seus propósitos de garantia individual. Por fim, a técnica de pesquisa adotada é a documental, mais especificamente, fontes doutrinárias e jurisprudenciais brasileiras, referentes à decisão de pronúncia.

Sintetiza-se o estudo destas questões em três capítulos.

O primeiro visará a expor os aspectos históricos do tribunal do júri, no ordenamento jurídico brasileiro, bem como as atuais competências do instituto e suas controvérsias. Ainda, demonstrar-se-á a razão pela qual o tribunal do júri constitui uma garantia individual, buscando desconstruir as críticas no sentido de que o júri não é instrumento de justiça e de que os jurados não são capazes de exercer o nobre ato de julgar seus pares.

O segundo capítulo, por sua vez, tratará, mais detalhadamente sobre: 1) as três fases do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, isto é, a fase de formação de culpa, de preparação do plenário e de juízo de mérito; 2) a fundamentação da decisão de pronúncia, a qual submete o acusado à apreciação do caso pelo conselho de sentença, mencionando os aspectos relacionados ao excesso de linguagem na pronúncia, a qual implica em nulidade absoluta, a ser arguida em sede de recurso em sentido estrito; e 3) a função de garantia da decisão de pronúncia, que é o principal propósito desse capítulo, com base nas teorias de Aquino e de Nucci.

Por último, o terceiro capítulo destinar-se-á à busca de informações que consubstanciem uma tese voltada para a aplicação do princípio do *in dubio pro societate* como garantia ao devido processo legal. Mais detalhadamente, tratar-se-á do conceito dos princípios do *in dubio pro societate* e do *in dubio pro reo* e da razão da prevalência daquele em relação a este, em momentos específicos do processo penal, tais quais, precipuamente, o recebimento da denúncia e a pronúncia.

Ainda neste último capítulo, abordar-se-á a atual e exagerada utilização do princípio do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia, demonstrando que esses excessos implicam em sérios riscos à garantia individual do tribunal do júri, por conta da deficiência de provas. Com efeito, realizar-se-á a indispensável relativização do princípio do *in dubio pro societate*, diante do processo penal constitucional.

## **2 O TRIBUNAL DO JÚRI COMO UMA GARANTIA INDIVIDUAL**

### **2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente capítulo procura discorrer sobre o tribunal do júri, com o propósito de demonstrar que ele se constitui em uma garantia individual. O capítulo está dividido em três itens, sendo o primeiro voltado aos aspectos históricos do tribunal do júri, no Brasil; o segundo, às suas atuais competências; e, por fim, o terceiro, à característica dessa instituição como garantia individual.

Mais precisamente, o primeiro item discorre como o júri foi recepcionado pelo ordenamento jurídico pátrio, no período imperial, ocasião em que foi marcado por aspectos notadamente democráticos, seguindo-se os regimes ditatoriais até chegar ao seu delineamento atual. Essa abordagem inclui, também, as diversas competências do tribunal do júri em cada um dos períodos históricos, o delineamento recebido por essa instituição em cada uma das Constituições e das leis esparsas e os períodos de supressão dessa instituição.

Na segunda seção, disserta-se sobre as atuais competências do tribunal do júri, a sua natureza jurídica, a possibilidade dessa competência abranger outros crimes, bem como as controvérsias doutrinárias acerca da competência para julgar os crimes de latrocínio, genocídio e outros crimes em que a morte é meio de execução do crime principal.

Por fim, no terceiro e último item, reflete-se sobre o tribunal do júri como uma garantia do indivíduo, que é o principal objetivo do capítulo, procurando-se desconstruir as críticas no sentido de que o júri não é instrumento de justiça e de que os jurados não são capazes de exercer o nobre ato de julgar seus pares. Para isso, fez-se uma diferenciação entre direito e garantia, ou seja, um paralelo entre o direito penal (direito) e o direito processual penal (garantia), para, então, sustentar-se, com base na teoria do garantismo penal, de Luigi Ferrajoli, e na teoria da democracia, a ideia de que o júri constitui uma garantia ao devido processo legal.

## 2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A INSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL

O presente item tem o propósito de realizar uma breve explanação acerca da trajetória da instituição do tribunal do júri, no direito positivo brasileiro, desde o seu surgimento até os dias atuais.

A instituição do tribunal do júri ingressou no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto Imperial de 18 de julho de 1822, antes, pois, da independência do Brasil, ocorrida no dia 7 de setembro de 1822, e da outorga da sua primeira Constituição, em 25 de março de 1824. Nesse momento de inserção do instituto, denominou-se de juízo de jurados, em que era composto por vinte e quatro “cidadãos escolhidos de entre os homens bons, honrados, inteligentes e patriotas, os quaes serão os Juizes de Facto, para conhecerem da criminalidade dos escriptos abusivos”<sup>1</sup>. Assim, ainda sob o domínio português, mas com forte influência inglesa, devido a sua parceria comercial na época, o Brasil, governado por Dom Pedro I, incorporou o júri, com a competência para julgar, apenas, crimes de imprensa, cabendo recurso de suas decisões, exclusivamente, ao príncipe regente.

Nota-se que a instauração do tribunal do júri no Brasil antecedeu, inclusive, a fundação dos cursos jurídicos no Brasil, os quais, inicialmente, foram instituídos nas cidades de São Paulo e de Olinda, por meio da Lei de 11 de agosto de 1827, o que reforça a ideia de costume e tradição do júri na sociedade desde os primórdios e também o prestígio do legislador com esse instituto mais que secular e democrático.

Com o Brasil independente de Portugal, Dom Pedro I, em face da necessidade de o país andar com as próprias pernas, outorgou a primeira Constituição em 1824, modificando, em parte, a disciplina do tribunal do júri contida no decreto imperial supramencionado, uma vez que o inseriu no rol de integrantes do Poder Judiciário (artigo 151), ampliou a sua competência para julgar também ações criminais e cíveis e, ainda, estabeleceu que os jurados decidissem somente sobre matérias de fato, incumbindo ao juiz togado decidir sobre o direito, como ocorre atualmente.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Decreto S/N, de 18 de julho de 1822. Crêa Juizes de Facto Para Julgamento dos Crimes de Abusos de Liberdade de Imprensa. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-18-7-1822.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-18-7-1822.htm)>. Acesso em: 19 set. 2017.

É no contexto do período da Regência, entre os anos de 1831 e 1840, quando Dom Pedro I havia retornado para Portugal e deixado seu filho de apenas cinco anos no Brasil, que o país foi regido por figuras políticas em nome do Imperador, que foram feitas várias reformas com o fim de descentralizar o poder, entre elas o estabelecimento de uma estrutura legal, momento em que entrou em vigor o Código de Processo Criminal do Império (CPCI) de 1832, em face do surgimento do Código Criminal de 1830.

A lei processual, seguindo o modelo americano e inglês, consagrou o júri do império em dois momentos: o júri de acusação, também chamado de grande júri, composto por vinte e três jurados que julgavam a admissibilidade da pretensão acusatória e; o júri de sentença ou pequeno júri, integrado por doze jurados que decidiam sobre o mérito da causa.

No entanto, o órgão divergia do júri inglês, porquanto a denúncia ou queixa não era apresentada diretamente ao júri de acusação, pois havia um juízo de admissibilidade prévio feito pelo juiz de paz após serem procedidas às diligências e ouvidas as testemunhas e o réu, sendo chamada esta fase de formação de culpa, consoante o artigo 144 do CPCI de 1832, *in verbis*:

Art. 144. Se pela inquirição das testemunhas, interrogatorio ao indiciado delinquente, ou informações, a que tiver procedido, **o Juiz se convencer da existencia do delicto, e de quem seja o delinquente, declarará por seu despacho nos autos que julga procedente a queixa, ou denuncia**, e obrigado o delinquente á prisão nos casos, em que esta tem lugar, e sempre a livramento<sup>2</sup>.

Extrai-se do dispositivo a compreensão de que era necessário o juiz estar convencido da existência do delito (materialidade) e de quem seja o delinquente (autoria), para então julgar procedente a denúncia. Esse discurso nos parece bastante familiar com o ensinado nos dias de hoje no que se refere à decisão de pronúncia, feita pelo juiz togado.

Por conseguinte, a partir da instauração do Código de Processo Criminal do Império até mais precisamente o ano de 1841, como se explicará em breve, vigoraram, no país, disfarçadamente, duas decisões de pronúncia: a primeira decretada pelo juiz de paz (após serem examinadas as provas nos autos) e a segunda decidida pelo grande júri, ao submeter o

---

<sup>2</sup> BRASIL. Lei do Império S/N de 29 de novembro de 1832. Promulga o Codigo do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. **Código de Processo Criminal do Império**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm)>. Acesso em: 19 set. 2017, grifo nosso.

rêu a julgamento em plenário, marcada esta pelo demasiado debate entre os jurados, o que garantia uma decisão verdadeiramente democrática.

Importante marco a ser abordado sobre a história do júri no Brasil foi a Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841, regulamentada pelo Decreto n. 120, de 31 de janeiro de 1842 e intitulada como reforma processual penal, no qual o júri, como diria Paulo Rangel, sofreu um duro golpe<sup>3</sup>, pois se aboliu o júri de acusação ou o juízo de admissibilidade popular da biografia pátria, jamais retornando ao direito positivo brasileiro. É retirada essa decisão das mãos dos jurados e entregue ao poder dos delegados e juízes municipais (ambos nomeados pelo imperador ou, no caso dos delegados, pelos Presidentes das Províncias). Vale lembrar que, na época, se a decisão emanar das autoridades policiais, para ela ser considerada eficaz, deve ser confirmada pelos juízes municipais. A fim de averiguação, cumpre destacar o artigo 54 da Lei n. 261 de 1841, *in verbis*:

Art. 54. As sentenças de pronuncia nos crimes individuaes proferidas pelos Chefes de Policia, Juizes Municipaes, e as dos Delegados e Subdelegados, que forem confirmadas pelos Juizes Municipaes, sujeitão os réos á accusação, e a serem julgados pelo Jury, procedendo-se na fôrma indicada no art. 254 e seguintes do Codigo do Processo Criminal.<sup>4</sup>

Não bastasse, por óbvio, que não existisse autonomia dos delegados e juízes municipais em suas decisões, pois estas não poderiam ir de encontro à vontade das Cortes, a lista dos jurados era elaborada pelos próprios delegados, podendo aqueles ser escolhidos, dentre os eleitores, aqueles que tivessem “bom senso, integridade e bons costumes”<sup>5</sup>. Portanto, é bem verdade que os jurados eram escolhidos pela Corte, sendo, por isso, de sua confiança. Não se pode olvidar que, à época, valia o voto censitário, ou seja, a capacidade eleitoral ativa demandava liberdade, até porque escravo era considerado como coisa, e também renda.

Em síntese, conforme leciona Rangel, a reforma processual penal de 1841, implicitamente, criou um júri de classes<sup>6</sup>, pois, se o desejo da Corte era de condenar o sujeito, o delegado o pronunciava e os jurados o condenavam, simples assim. Portanto, no que diz

<sup>3</sup> RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 590.

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841. Reformando o Codigo do Processo Criminal. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm)>. Acesso em: 19 set. 2017.

<sup>5</sup> BRASIL. Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841. Reformando o Codigo do Processo Criminal. Rio de Janeiro, Artigo 29. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm)>. Acesso em: 19 set. 2017.

<sup>6</sup> RANGEL, 2012, p. 591.



respeito ao júri, cada vez mais o Estado Imperial dominava o poder das decisões. O tribunal popular, que antes era plenamente democrático e pautado em debates sólidos, foi perdendo sua independência, pois as decisões não emanavam mais do povo, embora ainda composto por ele.

Nova reforma recebeu o júri em 1871, com a Lei n. 2.033, que retirou da competência dos chefes de polícia, delegados e subdelegados a atribuição de pronunciar o acusado nos crimes comuns, transferindo o encargo aos juízes de direito, conforme a redação do artigo 4º do diploma legal.

Proclamada a República, indispensável era a promulgação de uma nova Constituição. Em seu contexto histórico-econômico, o Brasil afastou-se da Inglaterra (avessa aos princípios republicanos) e aproximou-se dos Estados Unidos, com o objetivo de ganhar apoio para se tornar uma potência sul-americana. Para estabelecer essa relação, exigia-se uma Constituição brasileira que inserisse, na sociedade, novos ideais políticos, econômicos e sociais, aproximando-se, assim, dos princípios americanos.

Destarte, com a Constituição de 1891, felizmente, foi dado maior relevo ao júri, sendo este colocado no título quarto, referente aos cidadãos brasileiros, na segunda seção, intitulada “declaração de direitos”. Estabeleceu-se em seu artigo 72, § 31 que se *mantinha* o tribunal popular.

A divergência doutrinária acerca da concepção dos termos *manter* e *reconhecer* institutos jurídicos, além de ser debatida atualmente, já era inserida no contexto acima mencionado. À época, tomou posição o Supremo Tribunal Federal em dizer que o verbo *manter* significava guardar em sua essência, podendo ser reformado, isto é, concedeu ao legislador infraconstitucional tanto a manutenção do instituto, por exemplo, em sua competência, organização e princípios, como a sua reformulação em determinados aspectos.

E assim o fez o Decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, ao criar os júris federais, que eram compostos por “doze juizes, sorteados dentre trinta e seis cidadãos, qualificados

jurados na capital do Estado onde houver de funcionar o tribunal e segundo as prescrições e regulamentos estabelecidos pela legislação local”<sup>7</sup>, decidindo por maioria absoluta de votos.

Seguindo nesta linha cronológica, ocorreu a Revolução de 1930 e iniciou-se o governo de Getúlio Vargas, que terminará, apenas, em 1945. A Constituição de 1934 inspirou-se em novo modelo, não mais americano, agora “alemão de Weimar (cidade onde a Constituição foi elaborada)”<sup>8</sup>, e incluiu o júri no capítulo do Poder Judiciário, não mais na declaração de direitos do cidadão, sendo mantida com a organização e as atribuições que lhe der a lei.

Os regimes autoritários começaram a emergir em 1922, com Mussolini, na Itália, e, em 1933, tanto com Hitler, na Alemanha, quanto com Stalin, na União Soviética, chegando a repressão ao Brasil.

Com receio das crises políticas e econômicas na ordem mundial, Vargas instituiu a ditadura no país, chamando-a de Estado Novo, por meio da Constituição decretada em 10 de novembro de 1937, a qual se calou no que tange ao chamado tribunal popular, limitando-se a autorizar a sua implantação, conforme a leitura de seu artigo 183, em que preceituava que as leis que não contrariassem, explícita ou implicitamente, as disposições desta Constituição continuariam em vigor.

Como se pode perceber, o júri, entendido como uma instituição jurídica democrática, e a ditadura não são compatíveis em qualquer modelo político. Como visto no início do presente trabalho, o júri foi criado a fim de limitar o poder de decisão do déspota.

Após a retirada do tribunal do júri do texto legal, debates foram iniciados, com o intuito de que fosse ele reinstituído. Com êxito, a discussão se transformou no Decreto-lei n. 167, de 1938, “considerado a primeira lei nacional de processo penal da República”<sup>9</sup>, a qual confirmou a existência do tribunal popular e regulamentou o instituto em sua íntegra, desde a sua competência e função até a organização do júri e suas nulidades. Apesar de ter sido reinserido no ordenamento jurídico brasileiro, o tribunal do povo não detinha do princípio hoje tão difundido da soberania dos veredictos, como se pode ver em seu artigo 96:

---

<sup>7</sup> BRASIL. Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. Organiza a Justiça Federal. Sala das sessões do Governo Provisório, 2ª República, Artigo 91. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm)>. Acesso em: 19 set. 2017.

<sup>8</sup> RANGEL, 2012, p. 596.

<sup>9</sup> RANGEL, op. cit., p. 597.

Art. 96. Si, apreciando livremente as provas produzidas, quer no sumário de culpa, quer no plenário de julgamento, o Tribunal de Apelação se convencer de que a decisão do júri nenhum apóio encontra nos autos, dará provimento à apelação, para aplicar a pena justa, ou absolver o réu, conforme o caso<sup>10</sup>.

Portanto, atribuiu-se ao antigo tribunal de apelação (atual Tribunal de Justiça) a competência para reformar as decisões do júri. Ainda, com o advento do Decreto-lei n. 167, foi reduzido o número de jurados, passando para sete, conforme a leitura do artigo 2º do diploma legal, bem como não se permitia mais a comunicação entre os jurados, sob o argumento de que se precisa manter a imparcialidade do juiz (artigo 75 do referido decreto-lei).

Pois bem, há quase 50 anos da abolição da escravatura, o quadro que se tinha ao ser proclamada a República continuava com o Estado Novo. Novamente, cumpre ao juiz a escolha pessoal, entre os integrantes das elites, dos que irão compor o conselho de sentença.

Assim, antes ainda da vigência da Constituição de 1946, Vargas anuncia o atual Código de Processo Penal, de 3 de outubro de 1941, que praticamente manteve a estrutura similar já prevista no Decreto n. 167/1938, com pequenas alterações.

Em 29 de outubro de 1945, Vargas é deposto, e em 18 de setembro de 1946, entra em vigor a quarta Constituição da República (e quinta da história). Ao retornar à democracia, o júri volta a ser protegido com mais zelo, sendo reincorporado no rol de direitos e garantias individuais e, conforme ensina Victor Nunes Leal, isso foi decorrente da forte influência do coronelismo, empenhado em assegurar a manutenção do instituto a fim de que seus capangas pudessem ser absolvidos<sup>11</sup>.

É importante ressaltar que, no texto constitucional de 1946, a instituição foi mantida pelo artigo 141, § 28, e garantidos ainda os princípios do sigilo das votações, a plenitude da defesa do réu e a soberania dos veredictos, além de estabelecer como obrigatória a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida. Ainda, foi estabelecido o número ímpar (não fixando um número exato) de membros que compõem o conselho de sentença. No que tange a sua competência, a Lei n. 1.521, de 26 de dezembro de 1951, acrescentou os

---

<sup>10</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 167, de 05 de janeiro de 1938. **Regula a instituição do Júri**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del0167.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0167.htm)>. Acesso em: 19 set. 2017.

<sup>11</sup> LEAL, Victor Nunes apud NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 43.

crimes contra a economia popular, estabelecidos no artigo 2º do diploma legal, como de competência do júri.

Ao examinar a Constituição de 1967, vigente no regime militar, constata-se que o seu texto manteve a instituição no capítulo dos direitos e garantias fundamentais, de acordo com o artigo 150, § 18 do aludido diploma, ao dispor que “são mantidas a instituição e a soberania do júri, que terá competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida”<sup>12</sup>. Com a Emenda Constitucional n. 1, de 1969, a redação do parágrafo 18 do artigo 153, referente ao júri, divergiu da anteriormente citada, retirando do texto constitucional a soberania do júri, no entanto ao dizer que manteve a instituição, entende-se que o que existia foi mantido, tendo em vista que, segundo Rangel, “somente se mantém aquilo que já existe”<sup>13</sup>.

Em se tratando da sua competência no período acima descrito, diferentemente da Constituição de 1946, a Carta Maior de 1967, após a Emenda Constitucional n. 1 de 1969, não contemplou os crimes contra a economia popular, restringindo a sua apreciação somente aos crimes dolosos contra a vida.

Após a vigência da Constituição Federal de 1988, o tribunal popular foi previsto no elenco dos “direitos e garantias individuais”, conforme ocorria na Constituição de 1946. Além disso, o inciso XXXVIII do artigo 5º da atual Constituição Federal previu, também, os seus princípios: a soberania dos veredictos, o sigilo das votações e a plenitude da defesa. Conforme defende Nucci, a reinserção dos princípios do júri contidos na Constituição de 1946 não resultou de um pormenorizado estudo nem de uma necessidade da época, mas sim de um cenário comparado entre a democracia anterior e posterior à ditadura militar, isto é, o retorno ao *status quo ante*<sup>14</sup>.

É indispensável mencionar que, na Carta Magna de 1988, o tribunal do júri não foi integrado expressamente nos órgãos do Poder Judiciário, os quais estão relacionados no seu

---

<sup>12</sup> BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em: 19 set. 2017.

<sup>13</sup> RANGEL, 2012, p. 603.

<sup>14</sup> NUCCI, 2015, p. 44.

artigo 92. De acordo com Calvo Filho e Sawaya, ele é considerado um órgão de primeiro grau de jurisdição penal comum ou ordinária, a qual pode ser estadual ou federal<sup>15</sup>.

Ao concluir este item histórico, é importante acentuar que o tribunal popular se manteve inserido no rol de direitos humanos nas Constituições de 1891, 1946, 1967 e na vigente Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Uma breve análise político-histórica do país confere um demasiado rigor no governo de Vargas, que, em certos aspectos, pode até superar o abuso do regime militar. Veja-se que, até na Constituição de 1967, que vigorou durante o regime militar, o tribunal do júri foi tratado como um direito e uma garantia, porém, no governo de Vargas, em 1937, o instituto teria sido abolido.

Por fim, não se pode olvidar de que, apesar das tantas Constituições e das distintas formas de governo, a nossa instituição popular e secular permanece no nosso ordenamento jurídico hodierno.

Em que pese, atualmente, a instituição pertencer aos direitos e garantias do cidadão, faz-se bastante apropriada a crítica de Rangel de que se trata de “uma involução, de um retrocesso social, saber que no Império o júri era mais democrático do que hoje”<sup>16</sup>. Como visto, no Brasil imperial, o tribunal do júri era pautado por grandes debates entre os jurados, o que gerava uma maior carga de democracia em suas decisões. Entretanto, pelo menos, nos dias de hoje, essa instituição está bastante protegida, permanecendo como cláusula pétrea prevista no artigo 5º, XXXVIII, da Constituição Federal de 1988. Assim, o intuito do Poder Constituinte Originário de que a instituição não seja lesada pelo operador do direito ou pelo legislador ordinário está sendo cumprido.

Concluída essa comparação entre as Constituições brasileiras, bem como analisado o caráter democrático presente na instituição desde a sua inserção no direito positivo pátrio, tratar-se-á, no item seguinte, da limitação da jurisdição do tribunal do júri, isto é, da sua competência.

---

<sup>15</sup> CALVO FILHO, Romualdo Sanches; SAWAYA, Paulo Fernando Soubihe. **Tribunal do Júri**: da teoria à prática. São Paulo: Suprema Cultura Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2002, p. 22.

<sup>16</sup> RANGEL, Paulo. **Tribunal do júri**: visão linguística, histórica, social e jurídica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 2.

### 2.3 A ATUAL COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Atualmente, os tribunais do júri, no Brasil, são competentes para julgar, em síntese, os crimes dolosos contra a vida, conforme prevê o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea *d* da Constituição de 1988. Em face do surgimento das Leis n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 e n. 1.521, de 26 de dezembro de 1951, foram retirados de sua competência, respectivamente, os crimes de imprensa e os delitos contra a economia popular, sendo entregues ao juiz singular.

Trata-se de uma competência material decorrente da natureza da infração penal, o que significa dizer, segundo Choukr, que “é (corretamente) entendido como um critério de natureza absoluta, com as consequências de nulidade (absoluta) quando descumprido. Tal se deve ao fundo essencialmente constitucional desse critério”<sup>17</sup>. Assim, se algum processo de competência do tribunal do júri for submetido a julgamento por juiz singular, haverá nulidade absoluta do feito, podendo esta ser reconhecida a qualquer tempo pelo juiz.

Com o intuito de tornar mais clara a competência constitucional do júri, o legislador ordinário descreveu, no parágrafo primeiro do artigo 74 do Código de Processo Penal, os crimes que competem exclusivamente ao tribunal leigo, ao dispor que “compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados”<sup>18</sup>.

Assim, preenchem o requisito constitucional os seguintes delitos, todos tanto em sua forma consumada quanto tentada: homicídio simples e qualificado (artigo 121, §§ 1º e 2º), entre este último o feminicídio; induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (artigo 122 e parágrafo único); infanticídio (artigo 123) e; aborto em todas as suas formas (artigos, 124, 125, 126 e 127). Todos esses artigos estão presentes no Código Penal<sup>19</sup>.

Em que pese o limite de sua competência esteja definido deste modo, a competência do tribunal do júri é uma competência mínima prevista como cláusula pétrea no ordenamento jurídico brasileiro, isto é, nem com uma emenda constitucional pode-se reduzir essa competência, no entanto ampliá-la por meio de legislação infraconstitucional faz-se plenamente possível.

---

<sup>17</sup> CHOUKR, Fauzi Hassan. **Código de Processo Penal: Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 185.

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, RJ, Artigo 74, § 1º.

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ.

A competência do júri, segundo Lima, é “uma competência mínima, que não pode ser afastada nem mesmo por emenda constitucional, [...] o que, no entanto, não significa que o legislador ordinário não possa ampliar o âmbito da competência do Tribunal do Júri”<sup>20</sup>.

Não se pode olvidar que “é bem verdade que algumas posições existem sustentando ser essa competência fixa, não podendo ser ampliada, embora não haja nenhuma razão plausível para tal interpretação”<sup>21</sup>. No entanto, o raciocínio é lógico de que não há possibilidade alguma de adotar-se a posição da competência fixa para o tribunal do júri, visto que a oração utilizada pelo constituinte, no inciso XXXVIII do artigo 5º, foi a seguinte: “é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: [...] a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida”<sup>22</sup>.

Portanto, a redação escolhida pelo constituinte deu-se na ausência de inserção de termo indicador de exclusividade, tal qual, a palavra somente. Depreende-se desse dispositivo que, se o intuito do Poder Constituinte Originário fosse de que a competência fosse fixa, simples seria a solução, pois redigiria de modo diferente a alínea, por exemplo: a competência exclusiva para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Clara seria, nesse caso, pois, a sua pretensão.

Ademais, ao fixar uma competência mínima, o constituinte garantiu que a instituição não seja lesada pelo legislador ordinário, pois se calando acerca de sua competência, na prática, o instituto poderia desaparecer do Brasil. Menciona Nucci que “foi o que houve em outros países ao não cuidarem de fixar, na Constituição, a competência do Tribunal Popular (conferir: Portugal, art. 210; Espanha, art. 125, locais onde a instituição do júri não obtém predominância)”<sup>23</sup>.

A competência mínima é tão evidente em nosso ordenamento jurídico que o legislador infraconstitucional determinou no artigo 78, inciso I do Código de Processo Penal que a competência do tribunal de júri estende-se aos crimes por conexão ou continência. Isto é, na reunião do julgamento de duas ou mais infrações (um crime doloso contra a vida e outro crime qualquer), em um mesmo processo, perante o mesmo juízo, prevalecerá a competência do júri, em detrimento da jurisdição comum, para julgar ambos os crimes. Chama-se de

---

<sup>20</sup> LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 2. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014, p. 1273.

<sup>21</sup> NUCCI, 2015, p. 35.

<sup>22</sup> NUCCI, op. cit., p. 35.

<sup>23</sup> NUCCI, op. cit., p. 35.

“prorrogatio fori”<sup>24</sup>, sendo disciplinado pelo artigo 79 do Código de Processo Penal. Extrai-se desse dispositivo que os crimes conexos somente não serão julgados pelo tribunal popular nos casos de crimes militares ou eleitorais, os quais possuem justiça especializada.

No que tange aos agentes criminosos militares, importa mencionar que, se o crime doloso contra a vida for praticado contra civil, a competência será da justiça comum, portanto do tribunal do júri. Todavia, se um militar pratica crime doloso contra a vida de outro militar, transfere-se a competência para a justiça militar (artigo 9º, parágrafo único do Código Penal Militar e artigo 82, § 2º do Código de Processo Penal Militar), excluindo-se a competência do tribunal do júri.

A fim de que ocorra uma melhor compreensão da expressão “crime doloso contra a vida”, traz-se, primeiramente, a definição de crime, que, segundo a teoria finalista da ação, é uma ação ou omissão típica, antijurídica e culpável, tendo como requisito para a aplicação de uma sanção penal o fato punível. Isto é, não basta a presença do injusto penal (tipicidade + antijuridicidade) para se considerar a conduta reprovável, necessita-se da análise do fato punível, o qual “compreende, além do injusto penal, a culpabilidade e a punibilidade e que pode resultar, em caso de condenação, em um crime ou numa contravenção penal”<sup>25</sup>.

O elemento fundamental para o nosso estudo encontra-se na conduta dolosa, que é extraída da tipicidade, e significa a vontade livre e consciente de praticar ação ou omissão típica preceituada em lei, sem a necessidade de consciência da ilicitude.

A conduta dolosa pode ser direta ou indireta, esta última subdividida em dolo eventual ou alternativo. Enquanto o dolo direto é a intenção de produzir resultado específico, havendo, pois, um objetivo principal, o dolo eventual conceitua-se em aceitar o risco de produzir determinado resultado, que, no entanto, não é o objetivo principal de sua conduta. Ainda, no dolo alternativo, o agente tem uma vontade dirigida a um ou a outro resultado, sem se importar com qual deles irá ocorrer. Vale lembrar que todas essas categorias de dolo abordadas têm o condão de suscitar o julgamento dos tribunais populares.

Observa-se a diferenciação entre dolo e preterdolo, visto que este último não enseja julgamento perante o tribunal do júri. A conduta preterdolosa integra os crimes em que o

---

<sup>24</sup> BONFIM, Edilson Mougenot; PARRA NETO, Domingos. **O novo procedimento do júri**: comentários à lei n. 11.689/2008. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 3.

<sup>25</sup> BISSOLI FILHO, Francisco. **A sanção penal e suas espécies**. Curitiba: Juruá, 2010, p. 51.



agente previu determinado resultado, porém, em decorrência da culpa, a conduta ultrapassa a sua intenção, isto é, a ação ou omissão do agente causa um resultado maior do que o efetivamente intencionado. O autor deseja menos (dolo), e resulta mais (culpa). A título de exemplo de crime preterdoloso, cita-se o artigo 129, § 3º, do Código Penal, que define a lesão corporal seguida de morte. Mais adiante, debruçar-se-á sobre o porquê desse crime não ser inserido na competência do júri.

Por último e mais importante, cabe ressaltar quais são os crimes que se encaixam na categoria contra a vida. Primeiramente, deve-se compreender que o bem jurídico tutelado pelo Estado nesses crimes é a vida, considerado “o mais expressivo dos bens e o mais significativo dos direitos”<sup>26</sup>. Isso implica dizer que o resultado desejado, direta ou indiretamente, deve ser o bem da vida.

A grande maioria da doutrina e da jurisprudência entende que, nesses crimes, o resultado morte não pode ocorrer de maneira acessória, isto é, “quando da prática de crimes que atinjam primacialmente bem jurídico diverso da vida”<sup>27</sup>. Para eles, a caracterização de um crime contra a vida necessita que a morte seja o objetivo-fim da conduta criminosa. Por isso, não entrariam na competência do júri, entre outros, os seguintes crimes: o latrocínio (artigo 157, § 3º, in fine, do Código Penal e artigo 1º, inciso II da lei n. 8.072/90); a lesão corporal seguida de morte (artigo 129, § 3º do Código Penal); e o estupro qualificado em razão da morte da vítima (artigo 213, § 2º do Código Penal).

Acerca do latrocínio, a divergência jurisprudencial era tão significativa que o Supremo Tribunal Federal chegou a enunciar Súmula n. 603, a qual deixa claro que “a competência para o processo e julgamento de latrocínio é do Juiz singular e não do Tribunal do Júri”<sup>28</sup>. Dirimiui-se a questão no sentido de que o bem jurídico vida é apenas o meio para alcançar-se o objetivo final no determinado crime, por isso não se enquadraria no conceito crime doloso contra a vida.

Ocorre exatamente o mesmo com os casos de crime de genocídio, os quais merecem atenção especial. Em pesquisa de jurisprudência no sítio eletrônico do Supremo Tribunal

<sup>26</sup> NASSIF, Aramis. Apud NUCCI, 2015, p. 37.

<sup>27</sup> BONFIM, Edilson Mougenot; PARRA NETO, Domingos. **O novo procedimento do júri: comentários à lei n. 11.689/2008**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 03.

<sup>28</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 603. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=603.NUME.S.FLSV.&base=baseSumulas>>. Acesso em: 19 set. 2017. NAO

Federal, verificou-se a presença de decisões no sentido de ser o juiz natural da causa o juiz monocrático e que se houvesse, além do genocídio, crime doloso contra a vida, por conexão a competência transferir-se-ia ao tribunal do júri, pois o STF entende que o genocídio não é crime doloso contra a vida.

A título de exemplificação, o Recurso Extraordinário n. 351487, do qual foi relator o Ministro Cezar Peluso, tratou do chamado massacre de Haximu, em que garimpeiros assassinaram vários índios ianomâmis. Os garimpeiros condenados por juiz monocrático federal interpuseram recurso ao STF, pleiteando que o julgamento fosse anulado e, então, submetidos a novo julgamento, agora perante o tribunal do júri. No entanto, em 3 de agosto de 2006, por unanimidade, foi desprovido o recurso, sob o argumento de que “o delito de genocídio não é crime doloso contra a vida, mas contra a existência de grupo nacional, étnico, racial ou religioso”<sup>29</sup>. Não apenas se baseando no bem jurídico tratado, afirmou que o caso concreto abarca o critério da consunção, visto que o homicídio seria absorvido pelo cometimento do delito do genocídio, ou seja, como se o homicídio fosse uma etapa da execução do genocídio.

Importa ressaltar, neste ponto, que há parâmetros legais e doutrinários a serem melhor analisados, a fim de consubstanciar o entendimento de que o delito de genocídio poderia ser considerado como um crime doloso contra a vida, sendo o juiz natural para o processamento e julgamento da causa o júri. Como se pode ver, no artigo que define tal crime, as penas são equiparadas às de competência do júri:

Art. 1º Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:

- a) matar membros do grupo;
- d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

Será punido:

Com as penas do art. 121, § 2º, do Código Penal, no caso da letra a;

Com as penas do art. 125, no caso da letra d.<sup>30</sup>

Ademais, na doutrina, valiosas são as lições de Nucci, *in verbis*:

<sup>29</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 351.487. Relator: Ministro Cezar Peluso. **Diário Oficial da União**. Brasília. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=390746>>. Acesso em: 19 set. 2017.

<sup>30</sup> BRASIL. Lei nº 2889, de 01 de outubro de 1956. Define e pune o crime de genocídio. Artigo 1º. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L2889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2889.htm)>. Acesso em: 19 set. 2017.

O genocídio, em muitas situações, não passa de um homicídio coletivo, realizado com intenção específica de dizimar uma determinada população ou grupo. Em suma, o genocídio pode, perfeitamente, adaptar-se ao conceito de *crime doloso contra a vida*, encaixando-se no art. 5º, XXXVIII, d, da Constituição Federal.<sup>31</sup>

Se este fosse o entendimento majoritário, no que tange aos crimes de genocídio praticados contra os índios, deveria a causa ser submetida a julgamento pelo Tribunal do Júri Federal, por se tratar de delito de alçada federal (artigo 109, inciso XI da Constituição Federal). Porém, outros delitos de genocídios que não envolvam índios deveriam ser de competência do Tribunal do Júri da Justiça Estadual. Todavia, não é esse o entendimento atual jurisprudencial.

No que concerne ao foro privilegiado por prerrogativa de função, deve-se ter em mente a Súmula Vinculante n. 45 do Supremo Tribunal Federal, a qual dispõe que “a competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual”<sup>32</sup>. Houve aqui a conversão da súmula n. 721 da Corte Suprema em súmula vinculante, ambas possuindo a mesma redação, a fim de agilizar os processos e pacificar o tema.

Deve-se dar ênfase à parte final do dispositivo, a fim de que não haja interpretação dúbia. Tal preceito não significa que toda e qualquer pessoa detentora de foro privilegiado possa ser submetida a julgamento pelo conselho de sentença, mas sim apenas as que dispuserem de cargo que ostenta prerrogativa de função prevista somente na Constituição do Estado, não possuindo respaldo na Carta Federal.

Assim, em decorrência do princípio da simetria constitucional, invocado pelo Ministro Marco Aurélio em várias das suas decisões, prevalece a competência por prerrogativa de função nos casos em que o gozo deste direito está consagrado na Constituição Federal. Seguem-se quais cargos detém esse direito.

Compete ao Supremo Tribunal Federal, e não ao tribunal do júri, julgar os crimes dolosos contra a vida praticados pelo Presidente da República, Vice-Presidente, Procurador-Geral da República, deputados federais, senadores, Ministros de Estado, Comandantes da

---

<sup>31</sup> NUCCI, 2015, p. 38, grifo do autor.

<sup>32</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 45. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=2362>>. Acesso em: 19 set. 2017.

Marinha, do Exército e da Aeronáutica, membros dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União, dentre outros<sup>33</sup>.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça tem o dever de julgar os crimes comuns que tenham como agente:

Os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, [...] os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.<sup>34</sup>

Ainda, compete aos Tribunais Regionais Federais julgar os crimes praticados pelos juízes federais e os membros do Ministério Público da União, consoante o artigo 108, inciso I, alínea *a* da Constituição de 1988. Aos Tribunais de Justiça, “os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público”<sup>35</sup> e ainda os prefeitos municipais (artigo 29, X da Constituição Federal).

Vale ressaltar que tanto os vereadores quanto os deputados estaduais não detêm de previsão da prerrogativa de função na Constituição Federal, devendo ser, de acordo com a Súmula Vinculante n. 45, de competência do tribunal do júri. No entanto, a jurisprudência dá interpretação diversa para ambos os cargos.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que, invocando o princípio da simetria, tem amparo na Constituição Federal a prerrogativa de foro para o deputado estadual, conforme interpretação extensiva do artigo 27, §1º da Carta Magna, a saber:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DEPUTADO ESTADUAL. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TRIBUNAL DO JÚRI. SIMETRIA CONSTITUCIONAL. ABRANGÊNCIA DA PRERROGATIVA DE FORO NA EXPRESSÃO INVOLABILIDADE E IMUNIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 721/STF AOS DEPUTADOS ESTADUAIS. EXTENSÃO DA GARANTIA DO ART. 27, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ORDEM CONCEDIDA.

<sup>33</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**:

Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Artigo 102, inciso I, alíneas b e c.

<sup>34</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, artigo 105, inciso I, alínea “a”.

<sup>35</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, artigo 96, inciso III.

I. Em matéria de competência penal, o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores é no sentido de que o foro por prerrogativa de função, quando estabelecido na Constituição Federal, prevalece mesmo em face da competência do Tribunal do Júri, pois ambos encontram-se disciplinados no mesmo diploma legislativo. [...]

IV. O verbete sumular n.º 721/STF não conflita com a possibilidade de simetria que a Constituição Federal admite para a Organização da Justiça Estadual (artigos 25 e 125, § 1º) e nem com a aplicação extensiva do art. 27, § 1º aos Deputados Estaduais em determinados temas, particularmente no da inviolabilidade e da imunidade dos Deputados Federais.

V. Abrangência da prerrogativa de cargo ou função na expressão inviolabilidade e imunidade (art. 27, § 1º, da CF), autorizando às Constituições Estaduais a estender aos Deputados Estaduais as mesmas imunidades e inviolabilidades, aí compreendida a prerrogativa de foro.

**VI. Inaplicabilidade da Súmula 721/STF aos Deputados Estaduais, por extensão da garantia do art. 27, § 1º da Constituição Federal.**<sup>36</sup>

Destarte, conclui-se que, conforme a jurisprudência pátria, o deputado estadual que comete crime doloso contra a vida será julgado pelo Tribunal de Justiça e não pelo tribunal do júri, ao contrário do vereador, o qual não detém de simetria constitucional, sendo julgado, portanto, pelo tribunal leigo.

Pois bem, tratados os aspectos da competência do tribunal do júri, passa-se à reflexão acerca do tribunal do júri como uma garantia individual, buscando desconstruir as críticas no sentido de que o júri não é instrumento de justiça e de que os jurados não são capazes de exercer o nobre ato de julgar seus pares.

---

<sup>36</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC nº 109.941/RJ. Relator: Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma. Brasília, DF, 02 de dezembro de 2010, grifo nosso.

## 2.4 O TRIBUNAL DO JÚRI COMO UMA GARANTIA INDIVIDUAL

Intitulado “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, é neste segundo título da Constituição de 1988 que, como visto anteriormente, está consagrado o reconhecimento da instituição do júri. A fim de conceituar as garantias individuais, faz-se bastante relevante que se compreenda a ligação entre direito e garantia fundamental, que foi lecionada por Guilherme de Souza Nucci. Cumpre ressaltar que esse entendimento é a corrente majoritária, e não a unitária, que se encontra presente na doutrina pátria.

Para o mencionado autor, os direitos humanos fundamentais são divididos em materiais e formais. Os materiais são aqueles essenciais à existência humana, por exemplo, o direito à vida, à liberdade de ir e vir, de modo que, sem esses direitos, o cidadão não estaria vivendo em um Estado Democrático de Direito. Já os direitos fundamentais formais são “posições subjetivas dos indivíduos, previstas como tais na Constituição, ainda que não sejam fundamentais à sua existência ou a qualquer outro direito considerado básico ou necessário”<sup>37</sup>, como, por exemplo, o direito de não ser criminalmente identificado, caso já possua identificação civil (artigo 5º, inciso LVIII da Constituição).

As garantias humanas fundamentais, por sua vez, que também se dividem em formais e materiais, consoante o entendimento do doutrinador supracitado, têm a função de assegurar os direitos pré-estabelecidos. A garantia material significa a proteção do Estado para salvaguardar um direito humano fundamental que, sem a sua previsão, pereceria. A formal, por sua vez, é caracterizada por ser uma proteção criada pelo Estado por meio da sua política legislativa. Porém, se essa proteção fosse extraída do texto constitucional, isso não implicaria, imediatamente, em um perecimento do direito humano fundamental material, pois o Estado poderia criar outras políticas públicas a fim de conservá-lo.

Também distinguindo o direito da garantia, Rogério Lauria Tucci ensina que não valeria nada “a projeção do ideal de definir os direitos do homem, notoriamente uma das mais importantes conquistas do século XVIII, se a respectiva declaração não se fizesse prover de meios hábeis à sua realização por um dos poderes do Estado”<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> NUCCI, 2015, p. 38.

<sup>38</sup> TUCCI, Rogério Lauria. **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 53

Para Tucci, como paralelo ao direito penal, o meio hábil para sua garantia, indubitavelmente, é o processo penal ou “o processo como garantia outorgada pela Constituição Federal à efetivação do direito (subjetivo material e público) à jurisdição; vale dizer, à tutela jurisdicional do Estado”<sup>39</sup>. Em razão disso, afirma o doutrinador que, “há quem chegue a asseverar que, enquanto o Código Penal é o diploma legal do delinquente, o Código de Processo Penal é o estatuto do inocente”<sup>40</sup>.

Assim, a pretensão contida nas garantias individuais previstas na Constituição é de preservar e tutelar os direitos fundamentais mediante a criação de políticas legislativas que fundamentem atuações judiciais garantidoras, sendo aquelas dispostas e regulamentadas em lei processual.

Outrossim, Luigi Ferrajoli define a função específica das garantias penais ao afirmar que “na realidade não é tanto permitir ou legitimar, senão muito mais condicionar ou vincular e, portanto, deslegitimar o exercício absoluto da potestade punitiva”<sup>41</sup>. Portanto, deve o processo penal minimizar a violência e o arbítrio na resposta ao delito, adotando-se medidas que limitem o poder punitivo do Estado, não apenas o legitimando, mas sim deslegitimando o excesso.

Pois bem, vista a conceituação de direito e de garantia humanas fundamentais, bem como o direito processual penal como a garantia da realização plena e eficaz do direito penal, ainda restam as seguintes indagações: seria o tribunal do júri uma garantia individual? Qual direito o tribunal popular estaria assegurando?

A resposta a essas indagações podem vir de três ordens de argumentações: 1) uma subjetiva, relacionada à diferenciada capacidade dos jurados de avaliar situações semelhantes nas quais os seus pares são envolvidos; 2) a teoria do garantismo penal de Luigi Ferrajoli; e 3) as relações existentes entre o tribunal do júri e a teoria da democracia. São desses argumentos que se tratará nos subitens seguintes.

---

<sup>39</sup> TUCCI, 2004, p. 61.

<sup>40</sup> TUCCI, op. cit., p. 34.

<sup>41</sup> FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: teoria do garantismo penal**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 90-91.

### 2.4.1 A capacidade dos jurados avaliarem melhor as condutas de seus pares

Não se pode perder de vista que o conselho de sentença é formado por juízes escolhidos nos extratos sociais semelhantes aos do réu, que pensam como este, agregando, assim, elementos benéficos para o julgamento, que o juiz singular não está acostumado a adotar nas suas decisões, em razão de não apenas pertencer (na esmagadora maioria dos casos) à classe social diversa do autor e viver em uma realidade completamente diferente do agente criminoso, mas, também, por agir, mecanicamente, ao mundo jurídico, pelo seu olhar técnico e frio perante os crimes.

O ensino jurídico no país possui a infeliz tendência de formar bacharéis em direito formalistas, apegados ao positivismo, deixando de lado o humanismo. Eles são amantes das teorias e não da mente aberta a novos rumos, às novas descobertas e às mudanças ocorridas na sociedade. Necessita o Brasil de uma educação voltada à interdisciplinaridade, à praticidade, e, por fim, ao cotidiano brasileiro, construindo meios hábeis ao desenvolvimento mental, sentimental e racional do ser humano.

Por isso, foi concedido ao tribunal do júri a tutela do maior de todos os bens jurídicos tutelados pelo Estado. O julgamento dos crimes dolosos contra a vida requer total atenção em todo e qualquer detalhe, indícios e provas contidas nos autos e apresentadas ao plenário do júri. O jurado, que é retirado do seu dia a dia para exercer essa grandiosa tarefa de julgar seus pares, traz à tona seu sentimento de justiça e principalmente seu olhar humano dos detalhes das provas, e não apenas o olhar jurídico.

Logo, faz-se de extrema importância citar o depoimento do falecido desembargador José Geraldo Barreto Fonseca à obra de Calvo Filho e Sawaya:

Quando integrei a secção criminal de nosso Tribunal de Justiça [de São Paulo], pude sentir que raramente as decisões dos jurados se apartavam da justiça. É, realmente, admirável como sete pessoas leigas, sem ter tido nenhum contato anterior com o processo, e só ouvindo a acusação e a defesa, conseguem decidir bem melhor, às vezes do que nós, profissionais da justiça, o fizemos após dias de leitura custosa dos autos. Sete jurados decidem em face do que ouviram, e pelo coração. Ora, ensina São Paulo que a fé vem pelo ouvido, e vale a pena lembrar a lição de Saint-Exupéry: ‘Só se vê bem com o coração’.<sup>42</sup>

Os jurados, pois, sabedores do cotidiano ao seu redor, decidirão, com o coração, o que de fato é inegável e jamais pode ser olvidado para o bom funcionamento de qualquer

---

<sup>42</sup> CALVO FILHO; SAWAYA, 2012, p. 14.



instituto no ordenamento jurídico hodierno, consoante à natureza do ser humano e à sociedade na qual está inserido, devendo primar notadamente pelo interesse social e pelos valores e garantias adquiridos precipuamente com a promulgação da Constituição de 1988.

Dessarte, em nosso entendimento, o júri deve ser considerado como uma garantia humana fundamental ao devido processo legal por todos os motivos contemplados até o presente momento nesta pesquisa, bem como pelos que estão por vir.

A fim de complementação, além de garantia, considera-se o tribunal leigo também como um direito humano fundamental, tendo em vista que o cidadão é inserido nos julgamentos proferidos pelo Poder Judiciário, conferindo à pessoa o exercício de sua cidadania e o status de magistrado, julgando imparcialmente seus pares.

#### **2.4.2 A teoria do garantismo penal de Luigi Ferrajoli**

Luigi Ferrajoli, em sua magnífica obra intitulada “Direito e Razão: teoria do garantismo penal”, desenvolve sua tese de conotação predominantemente penal que, no entanto, possui um alcance teórico e filosófico geral, pois pode ser aplicada não apenas no direito penal, mas, também, em outras áreas do ordenamento jurídico. O modelo penal garantista, como “parâmetro de racionalidade, de justiça e de legitimidade da intervenção punitiva”<sup>43</sup>, é conceituado por Ferrajoli, por meio de três significados do termo garantismo.

No primeiro significado, o autor aborda o garantismo como um modelo normativo jurídico, próprio do Estado de direito, que pode ser visualizado com mais perfeição sob três aspectos. Sob a ótica epistemológica, o garantismo caracteriza-se como um sistema de poder mínimo ou cognitivo; do ponto de vista político, significa um instrumento de tutela jurídica, a fim de maximizar a liberdade e minimizar a violência; e por fim; sob o prisma jurídico, o garantismo constitui-se em “um sistema de vínculos impostos à função punitiva do Estado em garantia dos direitos do cidadão”<sup>44</sup>.

O segundo, por seu turno, designa-o como uma teoria jurídica da validade e da efetividade, isto é, a teoria geral do garantismo defende a coerência entre normatividade e efetividade. Não adianta uma Constituição plenamente garantidora dos direitos dos cidadãos

---

<sup>43</sup> FERRAJOLI, 2014, p. 785.

<sup>44</sup> FERRAJOLI, op. cit., p. 786.

(normatividade), se não há efetividade no seu cumprimento. Ambos precisam caminhar juntos.

Por fim, o terceiro significado engloba o estudo de filosofia do direito e uma crítica da política, ao estabelecer garantismo como “uma filosofia política que requer do direito e do Estado o ônus da justificação externa com base nos bens e nos interesses dos quais a tutela ou a garantia constituem a finalidade”<sup>45</sup>.

Ao delinear o sistema garantista (SG), Ferrajoli empregou onze termos, quais sejam: pena, delito, lei, necessidade, ofensa, ação, culpabilidade, juízo, acusação, prova e defesa. A partir dessas palavras, o autor formulou os dez axiomas garantistas, que são tidos como *conditio sine qua non* para a responsabilização penal e a consequente aplicação da pena. Portanto, sem essas condições não é permitido punir.

Para uma melhor compreensão, relaciona-se estes dez axiomas:

- A1 *Nulla poena sine crimine* [pena e delito]
- A2 *Nullum crimen sine lege* [lei]
- A3 *Nulla lex (poenalis) sine necessitate* [necessidade]
- A4 *Nulla necessitas sine injuria* [ofensa]
- A5 *Nulla injuria sine actione* [ação]
- A6 *Nulla actio sine culpa* [culpabilidade]
- A7 *Nulla culpa sine judicio* [juízo ou julgamento]
- A8 *Nullum judicium sine accusatione* [acusação]
- A9 *Nulla accusatio sine probatione* [prova]
- A10 *Nulla probatio sine defensione* [defesa]<sup>46</sup>

Cada axioma representa um princípio axiológico fundamental: princípio da retributividade (A1), da legalidade (A2), da necessidade ou da economia do direito penal (A3), da lesividade (A4), da materialidade ou da exterioridade da ação (A5), da culpabilidade ou da responsabilidade pessoal (A6), da jurisdicionariedade (A7), da acusação ou separação entre juiz e acusação (A8), do ônus da prova ou da verificação (A9) e, por fim, do contraditório (A10). Como visto, o SG, como sistema penal ideal, compreende a união de todos os axiomas, isto é, sem qualquer um deles não se deveria punir. No entanto, não se impede a formação de diversos modelos penais, sendo estes possuidores de diferentes graus de garantismo, ou seja, será mais ou menos garantista o modelo dependendo do número de axiomas subtraídos do modelo ideal.

---

<sup>45</sup> FERRAJOLI, 2014, p. 787.

<sup>46</sup> FERRAJOLI, op. cit., p. 91, grifos do autor.

Por exemplo, nos modelos de processo penal autoritário, ou de mera legalidade, existem o sistema S1 que suprime o A9 e A10 e o sistema S2 que subtrai o A8. Os modelos de direito penal autoritário, por sua vez, englobam o sistema S3 (objetivista) que retira o A6, os sistemas subjetivistas S4 que elimina o A5, o S5 que exclui o A4 e o S6 que retira o A3. Por fim, há os três modelos extremistas chamados de modelos punitivos irracionais (pré-penais ou extrapenais). Estes últimos abrangem o S7 que retira o A1, o S8 que carece do A7, e o sistema sem lei (S9), que suprime o axioma A2. É a partir dessa concepção que Ferrajoli distingue o direito penal mínimo (racional) do máximo (irracional).

Ao adentrar no estudo do axioma A7, pergunta Ferrajoli: “quem deve ser o juiz?”<sup>47</sup> Os juízes cidadãos ou os juízes magistrados?

Após introduzir o tema, Ferrajoli, sem pressa, apresenta a demasiada alternância na história entre juízes pares do imputado (juízes temporários) e juízes togados (permanentes). Assevera o autor que, a partir da Revolução Francesa, foi introduzido o júri no sistema acusatório.

Ainda, o autor aduziu que foi a cultura iluminista quem optou por um juiz não técnico e popular, como diria Beccaria, “um homem de ordinário bom senso”<sup>48</sup>. Assim, anunciou Ferrajoli que o pensamento liberal, com forte influência do iluminismo, filiou-se à ideia do juiz cidadão, citando diversos autores que coadunam com a ideia, tais quais: Kant, Beccaria, Bentham, Hobbes, Voltaire e Montesquieu.

Por fim, merece destaque a sustentação de Ferrajoli:

O que faz de um juiz-cidadão um juiz imparcial é a sua natural independência: externa, não fazendo ele parte do sistema político, e interna, não sendo ele um funcionário condicionado à carreira ou a vínculos de subordinação hierárquica.<sup>49</sup>

Destarte, o pensamento de Luigi Ferrajoli exposto no presente trabalho consubstancia a ideia de que os juízes saídos dos mesmos extratos sociais do réu engrandecem o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, transformando, assim, o tribunal do júri em uma garantia humana fundamental.

<sup>47</sup> FERRAJOLI, op.cit., p. 529.

<sup>48</sup> BECCARIA, apud FERRAJOLI, 2014, p. 531.

<sup>49</sup> FERRAJOLI, op. cit., p. 549 et seq.

### 2.4.3 O tribunal do júri como uma decorrência da democracia

Mencionou-se, no primeiro item deste capítulo, relativo ao estudo histórico do tribunal do júri, que, em períodos ditatoriais do Brasil, as Cartas Magnas, dificilmente, zelavam pela proteção do tribunal leigo, chegando ao auge de ser extinto, no autoritarismo de 1937 conforme entendimento da doutrina brasileira.

Paulo Rangel explica o ocorrido em 1937 e também como não é vantajosa para a ditadura a instauração de um tribunal do júri:

As convulsões sociais e políticas, levando as pessoas ao tribunal popular, faziam com que o povo tivesse poder de decisão sobre a culpa ou inocência, constituindo, assim, uma forma de se julgar, mesmo que indiretamente, o regime político instituído por Vargas, tudo que um ditador não aceita: ser julgado pelos seus *atos altruístas*.<sup>50</sup>

Portanto, como se vê, o solo firmado em regimes ditatoriais é certamente infértil ao crescimento de institutos pelo qual o poder emana do povo. Como, atualmente, vive-se em um período de democracia, nada mais certo do que o tribunal do júri estar firme e forte no ordenamento, sendo protegido contra os ataques do legislador infraconstitucional por inserir-se no título dos direitos e garantias fundamentais da Constituição cidadã.

Não basta, no entanto, a diferenciação entre o tratamento dado ao tribunal do júri em regimes ditatoriais e democráticos, razão pela qual se deve, ainda, aprofundar o significado de democracia.

Proclama-se no caput do artigo 1º da Constituição Federal de 1988 o regime político democrático, ao constituir a República Federativa do Brasil em Estado Democrático de Direito. Além do caput, o parágrafo único determina que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”<sup>51</sup>. Esse princípio democrático traz, pois, a ideia de soberania assentada no povo.

---

<sup>50</sup> RANGEL, 2012, p. 599, grifos do autor.

<sup>51</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Artigo 1º, parágrafo único.

Oscar Joseph de Plácido e Silva entende governo democrático como “o governo do povo, pelo povo e para o povo”<sup>52</sup>. Todavia, não nos satisfaz esse pensamento, visto que não evidencia toda a estrutura por traz da palavra democracia.

Ferrajoli, por sua vez, redefine o conceito de democracia, distinguindo, primeiramente, o Estado liberal de direito (Estado representativo) do Estado social de direito (ou somente Estado de direito). Para o autor, o Estado liberal de direito seria aquele baseado única e exclusivamente no princípio da maioria como fonte de legalidade, o que quer dizer que o Estado decidiria apenas pela maioria dos cidadãos, direta ou indiretamente. Já o Estado social de direito, além da vontade da maioria, reflete também os interesses e as necessidades vitais de todos, sendo sua máxima “*nem sobre tudo se pode não decidir*”<sup>53</sup>, o que quer dizer que questões de sobrevivência e subsistência, mesmo não interessando à maioria, o Estado não pode deixar de decidir.

Com base nisso, Ferrajoli classifica democracia em: formal ou política e substancial ou social. A democracia política estaria presente no Estado liberal de direito, o qual parte da premissa de que “*nem sobre tudo se pode decidir*”<sup>54</sup>, isto é, questões de minorias o Estado não pode decidir, decide-se apenas o que se relaciona à maioria. Já a democracia social, que detém o conteúdo substancial da decisão dos poderes do Estado, encontra-se no Estado social de direito, incorporando valores mais significativos, consequentemente representando as minorias.

A função do garantismo, para Ferrajoli, além de fixar normas sobre *quem* e *como* se deve decidir, é determinar *o que* os poderes públicos não devem e o que devem decidir. Por isso, o doutrinador baseia-se na democracia social ou substancial como forma de garantir, de fato, os direitos fundamentais do ser humano, conforme se pode extrair da seguinte citação:

As garantias, sejam liberais ou sociais, exprimem de fato os direitos fundamentais dos cidadãos contra os poderes do Estado, os interesses dos fracos respectivamente aos dos fortes, a tutela das minorias marginalizadas ou dissociadas em relação às majorias integradas, as razões de baixo relativamente às razões do alto.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes, p. 668.

<sup>53</sup> FERRAJOLI, 2014, p. 797, grifos do autor.

<sup>54</sup> FERRAJOLI, op. cit., p. 797, grifos do autor.

<sup>55</sup> FERRAJOLI, op. cit., p. 797.

Por isso, defende-se o Estado social máximo, devendo este maximizar as “expectativas materiais dos cidadãos e [a] correlativa expansão das obrigações públicas de satisfazê-las”<sup>56</sup>. Uma dessas obrigações públicas que satisfaçam as expectativas materiais dos cidadãos é positivar o tribunal do júri, isso se encaixa nos “mecanismos positivos de fornecimento”<sup>57</sup> do Estado.

Nota-se que, no ato da escolha dos jurados, isto é, por meio de sorteio, está-se diante da democracia substancial, a qual Ferrajoli defende ser a base do garantismo. A minoria marginalizada está inserida na maioria. Todos detêm o mesmo peso em seu voto. Tudo estaria consubstanciado em uma única decisão.

Além do mais, o direito do cidadão de decidir os fatos num júri assegura a participação popular direta no exercício do Poder Judiciário. É esta a prova cabal de que o poder emana do povo num plenário do júri. Dessa forma, é evidente que o tribunal do júri deriva do Estado Democrático de Direito, como preceitua o artigo 1º da Constituição de 1988.

Decidiu-se incorporar ao presente trabalho a crítica de Rangel, que combate duramente o princípio constitucional do sigilo das votações, uma vez que essa incomunicabilidade é castradora de ideias. Afirma o autor que “a discussão, o embate de ideias possibilita uma decisão mais acertada, e aquilo que não foi entendido por um jurado pode ser explicado por outro e vice versa”<sup>58</sup>. Aqui, a minoria poderia convencer a maioria, por talvez esta não ter entendido o contexto das provas como compreendeu tão bem a minoria. É uma hipótese de decisão mais acertada.

O exemplo mais claro disso é o célebre filme intitulado *Twelve Angry Men* (em português, *Doze Homens e uma Sentença*), de 1957, que representa, numa linguagem clara, como se davam os debates entre os membros do segundo conselho de jurados até se chegar a uma decisão unânime de *guilty or not guilty*.

Abarcou-se essa questão com o intuito de relembrar a estrutura do júri no Brasil Império, quando o grande júri, composto por vinte e três jurados empenhados em decidir sobre a admissibilidade da acusação, constituiu a forma mais democrática já vista em toda a história do Brasil, pautada, sobretudo, no debate.

---

<sup>56</sup> FERRAJOLI, op. cit., p. 799.

<sup>57</sup> FERRAJOLI, op. cit., p. 799.

<sup>58</sup> RANGEL, 2012, p. 598.

Em que pese a formação do grande júri, à época, pautar-se em poder aquisitivo dos jurados, tendo em vista que só eleitores poderiam ser jurados, a decisão era verdadeiramente democrática, pois havia demasiado debate e decidia-se por maioria absoluta de votos.

Pelo motivo de, mesmo atualmente, o tribunal do júri ser um instituto democrático, como já exposto, entende-se que a democracia substancial proposta por Luigi poderia ser maximizada de acordo com a avaliação de Rangel.

Concluindo, entende-se ser essa crítica bastante válida, a fim, até mesmo, de restabelecer uma democracia plena no âmbito dos julgamentos pelo tribunal do júri. Mesmo não sendo possível a alteração nem por emenda constitucional do artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea “b” da Constituição de 1988, é bastante interessante a reflexão, o que pode ser objeto de futuros trabalhos de pesquisa.

### **3 A DECISÃO DE PRONÚNCIA E A SUA FUNÇÃO DE GARANTIA NO PROCESSO PENAL**

#### **3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente capítulo divide-se, também, em três itens: o primeiro procura detalhar todas as três fases do procedimento relativo aos processos de competência do tribunal do júri, isto é, a fase de formação de culpa, de preparação do plenário e de juízo de mérito; o segundo item, discorre sobre a fundamentação da decisão de pronúncia, a qual submete o acusado à apreciação do caso pelo conselho de sentença, e compreende a sua estruturação, os tópicos a serem abordados pelo magistrado na decisão, os seus requisitos e os aspectos relacionados ao excesso de linguagem na pronúncia, a qual implica em nulidade absoluta, a ser arguida em sede de Recurso em Sentido Estrito; no último item, busca-se firmar a função de garantia da decisão de pronúncia, que é o principal propósito do presente capítulo, com base nas teorias de Aquino e de Nucci.

#### **3.2 O PROCESSO NO TRIBUNAL DO JÚRI**

Em que pese o procedimento do tribunal do júri esteja inserido no título “Do Processo Comum” do livro intitulado “Dos processos em espécie” do Código de Processo Penal, tal rito adquire aspectos procedimentais próprios, devendo, pois, ser considerado como procedimento especial.

Além de procedimento especial, o júri é trifásico. Boa parte da doutrina defende que exista apenas duas fases no tribunal do júri, quais sejam o juízo de formação de culpa (da denúncia à pronúncia) e o juízo de mérito (da pronúncia à decisão em plenário do júri). No entanto, é inadmissível que não seja conferida autonomia à fase de preparação do plenário, consistente na seção III do capítulo relativo aos processos da competência do tribunal do júri no Código de Processo Penal. Como se verá adiante, essa fase é crucial para o bom funcionamento do plenário do júri, por ser o momento final em que se requerem todas as diligências necessárias, faz-se o arrolamento das testemunhas que irão depor em plenário, bem como a juntada de documentos.

Por isso, far-se-á um detalhamento do que contém cada fase.



### 3.2.1 A primeira fase do procedimento do júri: *iudicium accusationis*

A primeira fase, chamada de juízo de formação de culpa ou de *iudicium accusationis*, contém prazo para seu encerramento, que é de noventa dias, consoante o artigo 412 do Código de Processo Penal.

Inicia-se essa fase com o oferecimento da denúncia, na qual o Ministério Público pode arrolar até oito testemunhas<sup>59</sup>. Oferecida a denúncia, há duas possibilidades que o juiz pode tomar: rejeitá-la ou recebê-la. Se houver a rejeição, o processo se encerra; se for recebida, continua.

Ao receber a exordial acusatória, o juiz ordena a citação do acusado a fim de que apresente resposta à acusação no prazo de dez dias<sup>60</sup>. A defesa pode, assim como o acusador, arrolar até oito testemunhas, arguir preliminares, oferecer justificações (alegações de excludentes de ilicitude) e juntar documentos. Por fim, pode ainda a defesa opor as exceções previstas no artigo 95 do Código de Processo Penal.

Com base no princípio do contraditório, após a apresentação da defesa, intima-se o Ministério Público para que se manifeste, em cinco dias, no caso de preliminares ou novos documentos.

Em seguida, de acordo com o procedimento comum, poder-se-ia, aqui, tratar da absolvição sumária, exposta no artigo 397 do Código de Processo Penal. Todavia, o capítulo específico do procedimento relativo ao tribunal do júri não menciona em nenhum momento essa possível decisão. Há um vazio entre os artigos 409 e 410 do mesmo diploma legal. Por isso, há uma grande polêmica na doutrina, que se fragmentou em duas correntes.

A primeira delas adota o entendimento de que, por força do artigo 394, § 4º, do Código de Processo Penal, o artigo 397 deveria ser aplicado também aos processos da competência do tribunal do júri, pois estaria explícito que “as disposições dos arts. 395 a 398 deste Código aplicam-se a todos os procedimentos penais de primeiro grau, ainda que não regulados neste Código”<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, RJ, Artigo 406, § 2º.

<sup>60</sup> Ibid, artigo 406, *caput*.

<sup>61</sup> Ibid, artigo 394, § 4º.

A segunda, por sua vez, defende que, nesta fase, o juiz apenas poderia declarar nulidade ou extinção de punibilidade, por serem matérias de ordem pública, isto é, ainda que houvesse tese de mérito, o juiz não poderia absolver sumariamente, sendo obrigado a designar audiência. O fundamento desta corrente baseia-se no parágrafo 3º do artigo 394 da legislação supramencionada, o qual estabelece que, “nos procedimentos de competência do Tribunal do Júri, o procedimento observará as disposições estabelecidas nos arts. 406 a 497 deste Código”<sup>62</sup>. Atualmente, é o entendimento majoritário de que não se aplica a absolvição sumária do artigo 397 aos processos de competência do júri.

Transcorrida a etapa polêmica, instaura-se a instrução probatória. Há previsão para a realização de uma única audiência de instrução, como se vê no parágrafo 2º do artigo 411 do Código de Processo Penal. Apesar da ideia de concentração das provas em uma única audiência ser medida bastante relevante em respeito ao princípio da celeridade processual, na prática, esta regra torna-se mais flexível, visto que, na ausência de alguma testemunha considerada essencial para a formação de convicção da culpa, deve ser remarcada a audiência a fim de que ela seja ouvida. Ressalta-se a importância do cumprimento à ordem legal expressa para a inquirição estabelecida no caput do artigo 411 do Código de Processo Penal.

Deste modo, pode haver o desdobramento da audiência de instrução, desde que observado o critério e a sucessão legal na produção das provas, de acordo com o artigo 411, §§ 7º e 8º do CPP. Nesse estágio de produção probatória, não se pode olvidar a obrigatoriedade da oitiva do ofendido, se possível, isto é, se este estiver vivo ou em condições de depor. Mesmo que as partes não arrolem a vítima como testemunha, cabe ao juiz intimá-la. Por fim, os depoimentos colhidos em fase de instrução probatória devem ser obtidos por meio de gravação, preferivelmente, audiovisual, por conter maior fidelidade das informações. Finda a instrução probatória, em homenagem ao princípio da oralidade, devem ser apresentadas alegações finais orais<sup>63</sup>.

Como meios de finalização da fase de formação de culpa, há quatro hipóteses de decisões judiciais: a pronúncia, a impronúncia, a absolvição sumária ou a desclassificação.

A pronúncia, como única forma de seguir o processo para a segunda fase, constitui um juízo de admissibilidade da pretensão punitiva, ao determinar que os autos sejam remetidos ao julgamento em plenário, perante o conselho de sentença. Trata-se de uma

---

<sup>62</sup> Ibid, artigo 394, § 3º.

<sup>63</sup> Ibid, artigo 411, §§ 4º e 6º.

“decisão interlocutória mista não terminativa, pois o que se encerra não é o processo, mas sim uma fase do procedimento” <sup>64</sup>, que busca evitar erros judiciários, tanto para absolver quanto para condenar. Frise-se que sua função garantidora, bem como seus requisitos e aspectos peculiares serão estudados nos subitens subsequentes. Por enquanto, essas informações bastam para a compreensão do quadro geral de encerramento da primeira fase do tribunal do júri.

A impronúncia, conforme ensina Nucci, é uma “decisão interlocutória mista de conteúdo terminativo” <sup>65</sup>, pois extingue o processo sem julgamento de mérito, devido à inexistência de prova da materialidade ou insuficiência de indícios de autoria. É importante compreender que, ao impronunciar o réu, o juiz encerra o processo, sem, porém, julgar a pretensão punitiva, ou seja, sem implicar a condenação ou a absolvição do acusado, visto que, com o advento de novas provas, ocorre a instauração de novo processo.

Há muitas críticas em face de tal instituto jurídico, as quais afirmam que a decisão de impronúncia revela-se um verdadeiro desrespeito ao princípio do estado de inocência ou de não culpabilidade, visto que “o réu permanece com a espada de Dâmocles sobre sua cabeça” <sup>66</sup>, portanto inconstitucional. Na folha de antecedentes criminais, constará que o processo encontra-se arquivado pela decisão de impronúncia, o que permite concluir que o réu não está nem absolvido nem condenado. A impronúncia é, pois, uma sentença provisória, o que soa bastante estranho aos ouvidos do processo penal democrático, garantido pela Constituição cidadã.

A absolvição sumária, por seu turno, encerra o processo com uma sentença de mérito, que julga improcedente a denúncia ou a queixa. O réu é, portanto, absolvido quando provada qualquer das hipóteses dos incisos do artigo 415 do Código de Processo Penal. O inciso primeiro trata da prova da inexistência do fato, o que se difere da não comprovação da existência do fato. Enquanto aquela é a prova de que o fato não existiu (inexistência material do fato), que leva à absolvição sumária, a não comprovação da existência do fato é a ausência de provas quanto à materialidade do crime, a qual implica na impronúncia. Os outros incisos cuidam da prova de não ser o réu o autor, da prova de não constituição de infração penal (em decorrência da verificação de excludente de tipicidade, ilicitude ou culpabilidade) e ainda da

---

<sup>64</sup> RANGEL, 2015, p. 148.

<sup>65</sup> NUCCI, 2015, p. 166.

<sup>66</sup> RANGEL, op. cit., p. 162.

demonstração de causa de isenção de pena ou exclusão do crime (falta do elemento punibilidade).

Por último, a desclassificação é a remessa do processo a outro juízo (singular), devido ao reconhecimento da incompetência do tribunal do júri para julgar o caso. Na presença de crimes conexos, se a decisão de desclassificação for proferida na primeira fase do tribunal do júri, o crime conexo também será julgado pelo juiz singular da vara competente. Se a desclassificação ocorrer na terceira fase, será competente para julgar o processo o juiz presidente do tribunal do júri<sup>67</sup>, conforme parágrafo 3º do artigo 74 do Código de Processo Penal, *in verbis*:

§ 3º Se o juiz da pronúncia desclassificar a infração para outra atribuída à competência de juiz singular, observar-se-á o disposto no art. 410; mas, se a desclassificação for feita pelo próprio Tribunal do Júri, a seu presidente caberá proferir a sentença (art. 492, § 2o).<sup>68</sup>

Cabe ressaltar que, em relação aos recursos na primeira fase do júri, cabe recurso em sentido estrito às decisões de pronúncia e de desclassificação<sup>69</sup>; e recurso de apelação, às sentenças de absolvição sumária e de impronúncia<sup>70</sup>.

### **3.2.2 A segunda fase do procedimento do júri: a preparação para o julgamento em plenário**

No que tange à fase de preparação do plenário, há providências iniciais a serem tomadas referentes aos requerimentos de provas das partes. Assim, após preclusa a decisão de pronúncia, o Ministério Público é intimado para, no prazo de cinco dias, querendo, oferecer seu rol de testemunhas a serem ouvidas em plenário, estabelecido o limite de cinco e sendo estas arroladas em caráter de imprescindibilidade. O mesmo ocorre para a defesa. Na peça, ambas as partes ainda podem juntar documentos ou requerer diligências.

Em processos mais complexos, há a possibilidade de oitiva de um maior número de pessoas, que fica a critério do magistrado, o qual deve observar a necessidade ao bom esclarecimento dos fatos ao conselho de sentença, isto é, deve primar pela busca da apuração da verdade. São estas denominadas de testemunhas do juízo. Caso o juiz indefira a oitiva de

---

<sup>67</sup> Ibid, artigo 492, § 1º, II e IV.

<sup>68</sup> Ibid, artigo 74, § 3º, II e IV.

<sup>69</sup> Ibid, artigo 581, II e IV.

<sup>70</sup> Ibid, artigo 416.

mais testemunhas do que o número de cinco injustificadamente, esta decisão poderia violar tanto o princípio da soberania dos veredictos, visto que a decisão dos jurados é apenas soberana quando estiver a par de todas as provas produzidas nos autos, quanto o princípio da plenitude da defesa. Por isso, deve haver uma ponderação muito bem feita por parte do magistrado, ao analisar o requerimento formulado.

Havia nessa fase, antes da reforma de 2008, o chamado libelo acusatório, que expunha, na forma de artigos, o que seria submetido a julgamento, permitindo à defesa o total conhecimento do que seria alegado na sessão. Consistia, pois, na “peça formal da acusação, que visava à exposição do fato criminoso, filtrado pela pronúncia, ao Tribunal Popular, constituindo a pretensão punitiva do Estado e pretendendo um julgamento de mérito”<sup>71</sup>. Ou seja, enquanto a denúncia buscava expor os fatos a fim de promover um juízo de admissibilidade apenas, o libelo almejava um juízo de mérito, sendo ainda filtrado pela pronúncia.

Preencher esse vazio ocasionado pela sua supressão é função da pronúncia agora, a qual deve conter “uma fundamentação detalhada, porém com linguagem comedida”<sup>72</sup>. Sem o libelo acusatório, pois, a decisão de pronúncia torna-se a fonte principal da formulação dos quesitos aos jurados, fixando assim, juntamente com a denúncia, os limites da acusação em plenário.

Finalizando a fase de preparação ao plenário, o artigo 423 do Código de Processo Penal define as providências devidas a serem tomadas pelo juiz presidente após deliberar sobre as petições das partes para produção de provas. Assim, a fim de sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, o juiz ordenará as diligências necessárias. Em seguida, deve elaborar, por escrito, um breve relatório, que conterá o resumo de todas as peças e atos processuais, para que seja incluído em pauta da reunião do Tribunal do Júri.

Após finalizada a fase de preparação e enquanto se aguarda o julgamento em plenário, há a possibilidade de se ajuizar, como procedimento incidental, a medida cautelar chamada de justificação. Esta deve ser requerida se no período mencionado acima surgisse prova nova, considerada essencial ao processo e que merece, portanto, ser produzida antes da reunião dos jurados.

---

<sup>71</sup> NUCCI, 2015, p. 150

<sup>72</sup> NUCCI, op. cit., p. 151.

Não se pode olvidar também a decisão jurisdicional conhecida como desaforamento, que ocorre depois da preclusão da decisão de pronúncia e antes do julgamento em plenário, alterando o lugar do julgamento pelo tribunal do júri para outra comarca da mesma região, onde não existam os motivos elencados a seguir. Estabelece o artigo 427 do Código de Processo Penal quais são as hipóteses que ensejam o desaforamento: interesse da ordem pública, dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado. Ainda, poderá ocorrer o desaforamento em virtude de comprovado excesso de serviço, “se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão da pronúncia”<sup>73</sup>.

### **3.2.3 A terceira fase do procedimento do júri: julgamento em plenário**

Por fim, a terceira e última fase do procedimento do júri, chamada de julgamento em plenário, consiste no juízo de apreciação do mérito da causa pelo conselho de sentença. São convocados vinte e cinco jurados para a sessão de julgamento, sendo imprescindível a presença mínima de quinze deles<sup>74</sup>. Presentes estes, serão sorteados sete integrantes para comporem a turma julgadora. A fim de esclarecimentos, preceitua o artigo 447 do Código de Processo Penal: “O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento”<sup>75</sup>.

Realizada a chamada pública, verificando a presença de, no mínimo, 15 jurados, e devolvidas as células à urna, o juiz presidente do tribunal do júri anuncia a instalação da sessão, conforme preceitua o artigo 463 da legislação processual penal. Não se pode olvidar que qualquer nulidade relativa ocorrida após a prolação da decisão de pronúncia deve ser arguida ao juiz presidente logo após o momento da instalação dos trabalhos da sessão plenária, sob pena de preclusão. Em relação às nulidades ocorridas na primeira fase do júri, estas devem ser arguidas até as alegações finais.

No sorteio dos sete jurados, cada parte pode recusar no máximo três imotivadamente, chama-se de recusa imotivada ou peremptória<sup>76</sup>. Ouve-se primeiro a defesa, se esta recusar,

---

<sup>73</sup> Ibid, artigo 428.

<sup>74</sup> Ibid, artigos 433 e 463.

<sup>75</sup> Ibid, artigo 447.

<sup>76</sup> Ibid, artigo 468.

passa-se para o sorteio do próximo integrante. Se a defesa aceitar, ouve-se a acusação para que se manifeste sobre a aceitação ou recusa em relação ao jurado. Ambos aceitando sete jurados, será composto o conselho de sentença. Vale ressaltar que, para recusas motivadas, isto é, arguindo-se impedimento, suspeição ou incompatibilidade, não há número limite de recusas de jurados.

Durante a sessão, sob a presidência do juiz togado, a este cabe zelar pela incomunicabilidade, sempre contando com o auxílio dos funcionários, precipuamente do oficial de justiça. Nota-se aqui a diferença entre o júri lusitano, incorporado pelo júri brasileiro, com o júri anglo-saxão, o qual prima pela comunicabilidade de doze jurados, até chegarem a um veredicto.

Inicia-se a instrução em plenário, em que se ouve, na mesma ordem da primeira fase do júri, antes de tudo o ofendido, se possível, então as testemunhas da acusação, as testemunhas da defesa e, por fim, o interrogatório.

Em seguida, na etapa dos debates orais, cada parte tem uma hora e meia para expor seu discurso, iniciando com o *parquet*, depois o defensor do réu. Há possibilidade de réplica da acusação, que detém de uma hora, e também de tréplica da defesa, também titular de uma hora de exposição.

No momento dos debates, importa mencionar o artigo 478 do Código de Processo Penal, o qual impõe vedação às partes, sob pena de nulidade, de fazer referência aos seguintes assuntos:

- I - à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;
- II - ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.<sup>77</sup>

Portanto, esses são os temas que não podem ser abordados pelas partes durante sua fala. Sobre o uso de algemas no plenário do júri, determina o parágrafo 3º do artigo 474 da legislação processual penal que seu uso é proibido, “salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade da integridade física dos presentes”<sup>78</sup>. Reforça esta exceção a Súmula Vinculante nº 11<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> Ibid., artigo 478.

<sup>78</sup> Ibid, artigo 474, § 3º.

Findos os debates, reúnem-se os jurados, o juiz presidente, o promotor de justiça, o assistente, o defensor do réu, o escrivão e o oficial de justiça em sala especial, com o fim de se proceder à votação<sup>80</sup>. Aos jurados serão formulados os quesitos contidos no artigo 483 da legislação processual penal, sendo de sua competência julgar acerca da materialidade, autoria ou participação, se o acusado deve ser absolvido, bem como se existe causas de aumento ou diminuição de pena, nesta ordem. Se forem obtidos quatro não já na primeira pergunta, o juiz deve absolver o réu, sem formular os demais quesitos. Se obtidos quatro sim, segue-se para a próxima pergunta.

Se decidirem os jurados pela condenação do réu, o juiz presidente deve prolatar sentença, conforme o artigo 492 do Código de Processo Penal, fixando a pena base, as circunstâncias agravantes e atenuantes alegadas nos debates, as causas de aumento ou diminuição de pena, conforme a decisão dos jurados, os possíveis benefícios e o regime inicial de cumprimento de pena.

Desta sentença absolutória ou condenatória cabe recurso de apelação ao Tribunal de Justiça, podendo ser alegadas as teses previstas nas alíneas do inciso III do artigo 593 do Código de Processo Penal.

Cumpre destacar, por fim, que, ao julgar o recurso de apelação contra sentença emanada do tribunal do júri, o Tribunal de Justiça pode, no máximo, sujeitar o réu a novo julgamento, quando for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos<sup>81</sup>. Ou seja, não podem os desembargadores modificar a decisão dos jurados. Todavia, o limite que há no recurso de apelação some com a revisão criminal. Tendo em vista ser a revisão criminal uma ação autônoma, o julgamento desta pelos tribunais pode sim modificar diretamente a decisão dos jurados, o que fere escancaradamente o princípio da soberania dos veredictos previsto na Constituição Cidadã.

Compreendido o processo na vara e no tribunal do júri, sob uma ótica perfunctória, converge-se, neste momento, para uma análise minuciosa acerca dos aspectos intrínsecos da decisão de pronúncia, sua fundamentação e seus requisitos.

---

<sup>79</sup> Súmula Vinculante nº 11: Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

<sup>80</sup> Ibid, artigo 485.

<sup>81</sup> Ibid, artigo 593, § 3º.



### 3.3 OS REQUISITOS DA DECISÃO DE PRONÚNCIA

Como já vislumbrado, em síntese, a decisão de pronúncia representa a admissibilidade da acusação, isto é, ela deve demonstrar que o processo está suficientemente maduro, com um conjunto probatório firme, para que possa dar ensejo a uma futura condenação ou absolvição pelo conselho de sentença.

A natureza jurídica da pronúncia é de decisão interlocutória mista (ou com força de definitiva) não terminativa. Em que pese seja costumeiro denominá-la de sentença de pronúncia, trata-se de decisão interlocutória, pois não põe fim ao processo, não condena nem absolve, apenas encerra uma fase do procedimento. E é por finalizar a fase de formação de culpa que a pronúncia detém de natureza mista, pois as decisões interlocutórias simples tratam apenas de questões regulares do processo, não adentrando no mérito da causa.

As decisões interlocutórias mistas podem pôr fim ao processo sem julgamento de mérito (terminativa), como também podem encerrar somente uma fase no processo (não terminativa). A primeira pode ser exemplificada com a decisão de rejeição da denúncia e, acerca da segunda, o exemplo mais claro é a pronúncia.

A razão de ela ser, comumente, chamada de sentença de pronúncia encontra-se na sua estrutura, a qual obedece o preceito legal estabelecido no artigo 381 do Código de Processo Penal. A pronúncia deve conter relatório, fundamentação e dispositivo, ou seja, exatamente a mesma forma encontrada nas sentenças condenatórias ou absolutórias. No relatório, o magistrado elabora um resumo de tudo o que ocorreu no processo, desde a denúncia até as alegações finais. Na fundamentação, objeto de estudo desta subseção, são expostas as razões pelas quais o juiz está convencido de que se deve submeter o processo a julgamento perante o tribunal do júri. Por fim, o dispositivo limita a acusação à tipificação legal em que está incurso o acusado.

Na fundamentação da decisão de pronúncia, serão analisados, primeiramente, os requisitos ensejadores da pronúncia, tais quais o convencimento do juiz sobre a materialidade do fato e sobre a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, conforme reza o artigo 413, *caput*, do Código de Processo Penal.

Acerca da materialidade, a lei exige juízo de certeza. Se houver dúvida quanto a ela, a decisão a ser tomada é a de impronúncia ou de absolvição sumária, a depender do caso. A título de exemplo, são as lições de Nucci:

Fulano desapareceu; Beltrano disse que iria matá-lo. Não se acha o corpo. Convince-se o juiz (subjetivismo inadequado) de ter Beltrano matado Fulano; logo, haveria prova da existência do crime. Essa situação é um equívoco para a pronúncia. Somente deve seguir a julgamento pelo Júri o caso em que a materialidade é formada sem dúvida alguma. Fulano foi jogado abismo abaixo por Beltrano e o corpo sumiu. Várias pessoas viram e testemunharam. Ainda que constitua uma prova indireta da materialidade, pode-se dizer que ela solidificou-se. Na melhor hipótese, o corpo é achado, submetido à necropsia e a morte é atestada por peritos.<sup>82</sup>

É possível, no Brasil, todavia, o chamado júri sem corpo. No ordenamento jurídico brasileiro, vige o sistema de provas do livre convencimento, o qual está fundamentado no artigo 155 do Código de Processo Penal. Isto é, “embora possa não haver prova técnica direta da morte da vítima, ou seja, o famoso e comum **auto de exame cadavérico** atestando a *causa mortis*, é possível se comprovar a materialidade por outros meios idôneos de prova”<sup>83</sup>. Tal afirmação infere-se também do disposto no artigo 167 do mesmo diploma infraconstitucional, em que prevê a substituição do exame de corpo de delito pela prova testemunhal, quando este não se fizer possível.

Assim, tanto a materialidade quanto a autoria podem ser evidenciadas diante de interceptação telefônica, exame de voz, exame de sangue a fim de detectar algo específico, bem como exame de DNA ou bafômetro. Com a constante evolução da tecnologia, cada vez mais esta auxilia de forma eficaz no processo penal, o que acarreta em uma diminuição da impunidade pela falta de materialidade. Considera-se um grande avanço para a sociedade que a ausência de exame do corpo de delito não constitua um óbice para a pronúncia, pois o contrário claramente ameaçaria o Estado Democrático de Direito.

No que tange à autoria, a legislação prevê a exigência de indícios suficientes de autoria, o que quer dizer, em outras palavras, que deve haver “indicações ou apontamentos de que o réu é o autor do fato”<sup>84</sup>. Assim, melhor foi a redação trazida pela reforma de 2008, tendo em vista que a suficiência de indícios demonstra maior segurança para a garantia do processo, principalmente em plenário.

Indício, vale lembrar, é uma prova indireta, ou seja, decorre de diversas circunstâncias conhecidas e provadas que, relacionadas ao fato, convergem para uma mesma concepção. Por isso, na hipótese, utiliza-se o método indutivo, ou seja, parte-se de dados

---

<sup>82</sup> NUCCI, 2015, p. 90.

<sup>83</sup> RANGEL, 2015, p. 149.

<sup>84</sup> RANGEL, op. cit., p. 151.

particulares que, “por si sós, nada demonstram, mas, no conjunto, sim”<sup>85</sup>. Portanto, para formar um raciocínio convicto, com embasamento suficiente, necessita-se de diversos indícios. Frisa-se que a demonstração da autoria não provém de um juízo de certeza, mas sim de juízo de probabilidade, pois aquele quem o faz é o conselho de sentença.

Novamente, exemplifica, com clareza, o doutrinador Guilherme de Souza Nucci:

Fulano é morto por alguém. Beltrano disse a quem quisesse ouvir que iria matá-lo. É um indício tal declaração, inclusive comprovada por testemunhas. Porém, isolada, torna-se insuficiente para a pronúncia. Torna-se fundamental encontrar algo mais. Com outros indícios em mãos, o julgador forma um quadro maior e induz ter sido Beltrano o autor do crime.<sup>86</sup>

Exige-se à autoria, pois, a presença de, no mínimo, um juízo de probabilidade, o que quer dizer que não basta a mera possibilidade ou, como diria Malatesta, como se verá no último capítulo, a credibilidade. O dilema em questão está precipuamente na valoração das provas, sem dúvidas, e não na certeza de culpa.

Conclui-se que a materialidade e a autoria podem demandar meios diretos e/ou indiretos de prova. Aqueles, a título de exemplo, podem ser o exame de corpo de delito (materialidade) ou narração de testemunhas que apontam o réu como autor (autoria). Já os meios indiretos são aqueles em que as testemunhas narram a agressão ocorrida no momento do crime, demonstrando significativa probabilidade do resultado morte (materialidade) ou são colhidos suficientes indícios, os quais, levam ao acusado como autor do crime (autoria).

Além dos requisitos da materialidade e indícios suficientes de autoria, não se pode olvidar que deve o magistrado indicar o dispositivo legal no qual o acusado está incurso, especificando também as causas de aumento de pena, nas quais se incluem as qualificadoras. Neste ponto, há considerável discussão doutrinária e jurisprudencial acerca da inclusão de qualificadora não descrita na denúncia.

O preceito legal acerca da fundamentação da pronúncia, em um primeiro momento, parece afirmar que sim, pois não a restringe aos termos da denúncia. *In verbis*:

A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, **devendo o juiz**

---

<sup>85</sup> NUCCI, op. cit., p. 90.

<sup>86</sup> NUCCI, op. cit., p. 91.

declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e **especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.**<sup>87</sup>

Paulo Rangel, contudo, é veementemente contrário a esta posição, visto ser uma afronta ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, bem como ao princípio da congruência, isto é, a correlação entre a denúncia e a pronúncia. Para o autor, “não deve o juiz reconhecer qualificadora não contida na denúncia, sem que antes possa o Ministério Público aditar a peça inicial do processo para fazer incluí-la”<sup>88</sup>.

Segue esta mesma linha de raciocínio o Colendo Superior Tribunal de Justiça:

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS PELO ACÓRDÃO IMPUGNADO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO ENTRE A DENÚNCIA E A PRONÚNCIA. MOTIVO FÚTIL. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DA MOTIVAÇÃO DA CONDUTA NA EXORDIAL ACUSATÓRIA. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...]**

**2. O princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia** representa uma das mais relevantes garantias do direito de defesa, uma vez que **assegura que apenas podem constar da pronúncia os fatos que foram narrados na inicial acusatória, de forma a assegurar a não submissão do acusado ao Conselho de Sentença por fatos não descritos na denúncia.**

3. No caso, o Tribunal a quo reconheceu a qualificadora do motivo fútil. Contudo, da mera leitura da exordial, verifica-se que não houve nenhuma descrição fática no sentido de que o motivo impulsionador da prática delituosa tenha sido o anterior relacionamento amoroso com a vítima.

**4. Houve violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, na medida em que o réu se defende dos fatos narrados na proemial acusatória, e não da capitulação atribuída à sua conduta.**

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para determinar que seja excluída da decisão de pronúncia a qualificadora referente ao motivo fútil, prevista no inciso II do § 2º do art. 121 do Código Penal.<sup>89</sup>

Tal posicionamento coincide com os preceitos legais e principiológicos da legislação penal e processual penal brasileira, visto que, como bem demonstrou o Ministro Sebastião Reis Júnior, o réu se defende dos fatos e não da tipificação legal. Não estando descritos os fatos ensejadores da incursão do acusado no crime qualificado, a defesa não tem o poderes divinatorios para se precaver de todas as possíveis acusações contra seu cliente.

<sup>87</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, RJ, artigo 413, §1º, grifos nossos.

<sup>88</sup> RANGEL, 2015, p. 155.

<sup>89</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC nº 256468/ES. Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior. Brasília, DF, 15 de dezembro de 2016. Diário da Justiça Eletrônico. Brasília, 02 fev. 2017.

Por isso, conclui-se que, à medida em que a denúncia delimita a pronúncia, esta restringe o campo de atuação dos quesitos, em plenário, o que possibilita um julgamento sem surpresas, preservando-se, assim, as garantias processuais.

Por sua vez, no que tange às causas de diminuição de pena, há expressa vedação de sua inserção na decisão de pronúncia, conforme o artigo 7º da Lei de Introdução ao Código de Processo Penal, o qual dispõe que: “o juiz da pronúncia, ao classificar o crime, consumado ou tentado, não poderá reconhecer a existência de causa especial de diminuição da pena”<sup>90</sup>. Portanto, reserva-se tal matéria à apreciação dos jurados, nos quesitos, de acordo com o inciso IV do artigo 483 do Código de Processo Penal. Vale ressaltar, ainda, que, além destas, não pode o magistrado manifestar-se acerca das atenuantes e agravantes.

Por fim, destaca-se um último ponto específico sobre a fundamentação da pronúncia: a sua adjetivação demasiada. É importante atentar-se para o modo como o magistrado demonstra a sua convicção, na redação da decisão de pronúncia, acerca das provas no processo penal e da narração do fato. Da primeira à última linha da decisão, deve o juiz evitar um pré-julgamento da causa, isto é, deve conter suas palavras para que não sejam exteriorizadas suas impressões pessoais<sup>91</sup>.

Tal linguagem comedida é necessária para que o magistrado não exerça a influência sobre os jurados, durante a sessão do tribunal do júri, visto que, conforme o parágrafo único do artigo 472 do Código de Processo Penal, após formado o conselho de sentença, o jurado receberá cópia da pronúncia, juntamente com o relatório do processo e possíveis decisões posteriores à pronúncia, julgando admissível a acusação.

A principal característica a ser buscada na forma de expressão da linguagem, ao redigir uma decisão de pronúncia, é a serenidade. Termos serenos, sóbrios e imparciais refletem no jurado uma interpretação pura e equilibrada, livre de um juízo pré-condenatório, somente ao ler a decisão.

Por óbvio, a linguagem comedida não pode ser confundida com motivação deficiente ou lacunosa. Todas as teses defensivas apresentadas durante o processo devem ser analisadas e qualquer rechaço deve ser bem fundamentado, sob pena de nulidade. Assim como a

---

<sup>90</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3.931, de 11 de dezembro de 1941. **Lei de Introdução do Código de Processo Penal (decreto-lei N. 3.689, de 3 de Outubro de 1941)**. Rio de Janeiro, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De13931.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13931.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017

<sup>91</sup> BONFIM; PARRA NETO, 2009, p. 32.

materialidade e a autoria também devem estar bem sedimentadas na decisão e não apenas citadas superficialmente.

Em suma, deve-se pautar o magistrado somente na prova da existência do crime e na suficiência de indícios de autoria ou de participação, sem ultrapassar esses limites. A partir do momento em que os jurados tomam ciência da opinião do juiz presidente do tribunal do júri, fere-se o princípio constitucional da soberania dos veredictos, pois a decisão do conselho de sentença estaria viciada pela vontade do juiz togado e não fundada apenas na vontade e consciência do juiz natural da causa.

Não observados tais parâmetros, isto é, proferida decisão com excesso de linguagem, ocorre a chamada eloquência acusatória. Essa quebra de imparcialidade gera nulidade absoluta da pronúncia, com base no artigo 564, inciso IV do Código de Processo Penal. A consequência, no entanto, não será de anular o processo *ab initio*, mas sim o desentranhamento da decisão dos autos, devendo ser proferida nova decisão. Por fim, não se pode olvidar que, além da nulidade por excesso de eloquência, tem-se também a nulidade por ausência de fundamentação tanto das qualificadoras como da materialidade e da autoria. Por isso, todas devem ser muito bem fundamentadas.

Sabe-se que, na fundamentação das decisões de pronúncia, larga maioria da jurisprudência invoca o princípio do *in dubio pro societate* para proferir a decisão, em que, no entendimento dessa maioria, mesmo na dúvida quanto à culpa do acusado, deve ele decidir a favor da sociedade e pronunciar o réu. Todavia, tal interpretação, para adequar-se ao processo penal à luz da vigente Constituição, deve ser obedecer limites, os quais implicam na observância do equilíbrio entre valores constitucionais, tais quais, o princípio do *in dubio pro reo* e a competência firmada pela Constituição Federal de 1988 do tribunal do júri. Essa perspectiva será melhor detalhada no próximo capítulo.

### 3.4 A FUNÇÃO DE GARANTIA DA DECISÃO DE PRONÚNCIA

Inicialmente, é importante ressaltar que se coaduna com o estudo desta seção o realizado no item 2.4 do presente trabalho, visto que será trabalhado com a ideia de garantia defendida por Ferrajoli, na sua teoria do garantismo penal, bem como por Tucci, referência no tema “Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro”.

Vale recordar dois dos três significados da palavra garantismo instituídos por Ferrajoli. O primeiro traz a ideia de modelo normativo jurídico, próprio do Estado de direito, em que se caracteriza pelo sistema de poder mínimo, maximizando a liberdade e minimizando a violência estatal. Constitui-se, pois, da proteção dos direitos do cidadão vinculado à função punitiva estatal<sup>92</sup>.

O segundo, por seu turno, trata da teoria jurídica da validade e efetividade, em que não apenas devem estar instituídos em normas os direitos do cidadão, como também sua eficácia no cumprimento deve ser garantida<sup>93</sup>.

Complementando esse estudo, diferencia-se direito de garantia e remédio constitucional. Sem dúvidas, há um ponto de convergência entre seus conceitos: a ideia comum de proteção. Todavia, a divergência conceitual encontra-se no tempo. Num primeiro momento, está a afirmação de um direito, porém tal direito não é suficiente para que seja assegurado. Por isso, são disponibilizadas as garantias, as quais ainda não são plenamente eficazes sozinhas. Em função disso, são prescritos os remédios constitucionais, que visam tornar efetiva a garantia. Em suma, para todo direito, há uma garantia que o assegura e para toda garantia, há também um remédio que a torna eficaz.

Conceituadas as garantias, incorporam-se ao presente trabalho teses afirmadas por autores que se preocuparam em construir o entendimento de que a pronúncia seria uma garantia não somente aos direitos do acusado, mas também ao *jus puniendi*, do qual é detentor o Ministério Público.

Exibe-se, primordialmente, o estudo desenvolvido por Álvaro Antônio Sagulo Borges de Aquino, em sua obra “A Função Garantidora da Pronúncia”, fruto da conclusão de seu mestrado, em que o autor faz uma detalhada comparação entre a decisão de pronúncia e o despacho saneador do direito processual civil. Para ele, tal despacho, em matéria civil, é um

---

<sup>92</sup> FERRAJOLI, 2014, p.785-786.

<sup>93</sup> FERRAJOLI, op.cit., p.786-787.

“ato de inspeção do processo para decidir acerca de seu prosseguimento”<sup>94</sup>, isto é, ao examinar as questões processuais pendentes, o magistrado deve concluir pela continuidade ou não da ação, sendo corrigidos possíveis vícios sanáveis.

De acordo com o autor, ainda no processo civil, com o despacho saneador, pode o juiz decidir de quatro modos diferentes, *in verbis*:

- a) extinguir o processo sem resolução de mérito, caso, por exemplo, verifique a ausência de uma das condições da ação;
- b) extinguir o processo com resolução de mérito. [...] hipótese em que a decisão de mérito importará em verdadeiro julgamento antecipado da lide;
- c) ordenar providências para suprir irregularidades ou nulidades, como ocorre quando o Juiz verifica uma incompetência absoluta, por exemplo;
- d) declarar o processo isento de vícios, que, assim, ingressará na fase probatória.<sup>95</sup>

Por isso, o autor entende que o termo “despacho” estaria mal empregado em determinadas situações em que é proferida uma decisão de mérito, e não apenas um mero despacho. Cita o autor Galeno Lacerda, o qual coaduna com as ideias de Aquino, ao afirmar que a denominação ideal seria “decisão saneadora”, a qual abarca todos os efeitos do ato judicial, quando da inspeção do processo.

Em um paralelo com o direito processual penal, mais especificamente com os processos de competência do tribunal do júri, demonstra Aquino que a pronúncia é um “ato preventivo de *preparação e segurança* de ingresso na fase do julgamento final”<sup>96</sup>. O juiz inspeciona o processo, a fim de verificar sua legitimidade, ou seja, verifica se é cabível ou não a sua remessa ao juiz da causa, o conselho de sentença. Por isso, a finalidade do saneamento seria a de evitar a sujeição do acusado a processo temerário.

O autor explica melhor a característica saneadora da pronúncia, ao exemplificar as quatro possíveis decisões a serem tomadas pelo magistrado, no encerramento da fase de formação de culpa: 1) a extinção do processo sem resolução de mérito está representada, no processo penal, pela impronúncia, como visto no segundo item deste capítulo; 2) a extinção do processo com resolução de mérito encontra respaldo na decisão de absolvição sumária; 3) a determinação de diligências para suprir irregularidades está evidenciada na decisão de desclassificação, em que se constata nulidade por incompetência absoluta do juízo; 4) por fim, a declaração de isenção de vícios no processo penal tem como melhor exemplo a decisão de

<sup>94</sup> AQUINO, Álvaro Antônio Sagulo Borges de. **A Função Garantidora da Pronúncia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999, p. 98.

<sup>95</sup> AQUINO, op. cit., p. 110.

<sup>96</sup> AQUINO, op. cit., p. 105, grifo nosso.



pronúncia, em que se inspeciona o processo e remete-o ou não ao tribunal do júri, dependendo da presença ou ausência de seus requisitos.

Defende o autor que, neste momento de encerramento da primeira fase do procedimento do júri, vislumbra-se um equilíbrio entre duas garantias: em relação ao réu, seria a garantia deste não ser submetido a julgamento injusto, desprovido de fundamento; e, no que tange ao Ministério Público, a garantia do exercício do *jus puniendi*, ou seja, de que seja satisfeita a pretensão punitiva do Estado.

Visto isso, conclui-se que há uma verdadeira fase de saneamento na finalização da primeira fase do júri, a qual garante o devido processo legal. Na prática, infelizmente tal garantia não é devidamente respeitada. A maioria dos juízes profere decisões de pronúncia incabíveis, totalmente avessas à função saneadora/garantidora. No item 4.4, será mais detalhada a abordagem sobre os excessos na aplicação do princípio do *in dubio pro societate* e os riscos oferecidos à garantia individual do tribunal do júri.

Resumindo a teoria de Aquino: o conselho de sentença só poderá agir de modo soberano se for declarada a isenção de vício no processo, isto é, se a decisão de pronúncia passar por uma análise saneadora. Ou seja, inspecionado o processo, verificada a presença de materialidade e indícios suficientes de autoria, ausentes causas excludentes de tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade, permite-se ao magistrado pronunciar.

Guilherme de Souza Nucci, por seu turno, constrói a teoria de que a pronúncia terá seu papel de garantia, se for proferida com base em um conjunto probatório firme que comporte possível condenação, por meio de uma valoração subjetiva das provas. Não se confunde com convencimento subjetivo do magistrado baseado no “eu acho que houve um homicídio”<sup>97</sup>, não havendo prova suficiente que embase tal afirmativa. O convencimento do juiz deve ser objetivo, o que implica em indubitosa materialidade e probabilidade de autoria. O que pode ser subjetivo é a valoração das provas, o que quer dizer que algumas provas são melhores, outras, piores, por exemplo, deve-se considerar menos o depoimento baseado no “ouvi dizer” e mais o depoimento firme e preciso, de quem esteve no local do crime.

Em razão do convencimento objetivo do magistrado, existe a fase de formação de culpa, a qual detém a função de consubstanciar um lastro de provas seguro e firme, que sejam suficientes para eventual condenação. Sem a primeira fase do procedimento do júri, não seria

---

<sup>97</sup> NUCCI, 2015, p. 87.

possível alcançar a função de garantia da pronúncia, pois o caso chegaria ao conselho de sentença sem qualquer instrução probatória, o que fere o princípio constitucional da soberania dos veredictos.

Sabe-se que, para o conselho de sentença exercer de modo soberano seus veredictos, ele necessita deter de total conhecimento das provas produzidas nos autos. Há necessidade de dados suficientes a respeito do que lhe é colocado a julgamento, isto é, a prova deve ser exposta aos jurados de forma detalhada e sem omissões.

É objeto do próximo capítulo uma análise mais detalhada acerca desse elemento caracterizador da pronúncia, qual seja, a necessidade de um conjunto de provas sólido suficiente para motivar a decisão de pronúncia.

Além do requisito ensejador da pronúncia do conjunto probatório firme, Nucci defende ser necessária outra característica para a pronúncia exercer plenamente sua função garantidora: a linguagem comedida. Quer dizer o autor que o juiz que fundamentasse demasiadamente as questões envolvidas da pronúncia estaria causando um impacto de juízo de certeza nos jurados quanto aos fatos.

Ou seja, afirma o autor que não devem ser adotados termos que denotem certezas, como “indubitavelmente”, “há prova de que foi o acusado o autor do crime”. Para ele, “uma pronúncia ‘condenatória’ ou ‘vexatória’ para o réu, certamente, provocará forte influência nos jurados, o que prejudicará a defesa”<sup>98</sup>.

Com base no artigo 93, inciso IX da Constituição Federal, o autor consubstancia sua tese de que, para uma pronúncia restar equilibrada nos termos e expressões, não deve apenas ser contida a sua linguagem, como também se faz necessário apreciar todas as teses de defesa, e não apenas ignorá-las. Senão veja-se:

Aliás, se quisesse, poderia o juiz abordar aspectos ligados à materialidade do fato e aos indícios de autoria, porém de maneira contundente, de modo a viciar a decisão do mesmo modo. Logo, não é a fundamentação o ponto fulcral, mas em que termos ela é concretizada.<sup>99</sup>

O autor quer dizer que qualquer tese de defesa deve ser afastada ou reconhecida motivadamente, não se podendo expor palavras exageradas ou frases contundentes. Essa seria a forma ideal a ser concretizada na fundamentação da pronúncia.

---

<sup>98</sup> NUCCI, 2015, p. 204.

<sup>99</sup> NUCCI, op. cit., p. 96.

Em 1997, Nucci realizou uma pesquisa com o fim de obter resultados sólidos de como os jurados podem ser influenciados em sua decisão final pela leitura da decisão de pronúncia. Para isso, Nucci entrevistou 574 jurados atuantes no Terceiro Tribunal do Júri da Capital do Estado de São Paulo. A conclusão da pesquisa remeteu-se aos seguintes dados: sessenta por cento deles afirmaram considerar o juiz presidente como a pessoa mais inspiradora de confiança nas sessões do júri; e quase vinte por cento confessaram sofrer influência com a leitura da pronúncia em plenário.

Por isso também foi redigido o inciso I do artigo 478 do Código de Processo Penal, o qual dispõe que as partes não poderão mencionar, durante os debates, aspectos relatados na decisão de pronúncia nem nas decisões posteriores que julgaram admissível a acusação. Viu-se o quanto são influenciados os jurados pelas palavras do juiz presidente do tribunal do júri.

Afirma o autor, ainda, que, não basta a utilização de termos sóbrios somente na pronúncia, mas estes devem ser observados também nos acórdãos prolatados posteriormente, como pode se ver no entendimento do Supremo Tribunal Federal:

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. DETERMINAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA DO VEREDICTO: IMPROCEDÊNCIA. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS IMPRÓPRIO NA VIA ELEITA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE LINGUAGEM: INEXISTÊNCIA. [...] 3. Ao determinar a realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri, o **Tribunal de Justiça procurou demonstrar, nos limites do comedimento na apreciação da prova**, que não existe nos autos material probatório a corroborar a tese defensiva que foi acolhida pelos jurados. Dever constitucional de fundamentar todas as decisões judiciais (art. 93, inc. IX, da Constituição da República). Inexistência de excesso de linguagem. 4. Habeas corpus denegado.<sup>100</sup>

Nesse sentido, Nucci cita o autor Aramis Nassif, em sua obra: “a motivação da pronúncia é condição de sua validade, e não vício que lhe suprima eficácia, limitando-a, contudo, em intenção e extensão, a sua natureza específica”<sup>101</sup>. Por isso, conclui Nucci que se tal postura não for adotada, haverá nulidade por conflitar com os princípios da plenitude da defesa e a motivação das decisões judiciais.

Não se pode olvidar que, além da pronúncia constituir um verdadeiro filtro contra acusações levianas manifestamente infundadas e destituídas de qualquer lastro probatório mínimo, a finalidade da pronúncia é também a de evitar o erro judiciário, o qual o Estado se

<sup>100</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 102004. Relatora: Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, 11 de maio de 2010.

<sup>101</sup> NASSIF, Aramis. Apud NUCCI, op. cit., p. 96.

comprometeu a reparar, conforme depreende-se do artigo 5º, inciso LXXV da Constituição Federal.

Por isso, não parece correta a denominação dada à pronúncia pela a esmagadora maioria da doutrina e jurisprudência, de *mero* juízo de admissibilidade. Não se trata de uma simples ou mera decisão prolatada no curso do procedimento do júri, mas sim a decisão mais importante a ser tomada. É a que requer os maiores cuidados tanto no que tange à linguagem comedida quanto ao convencimento objetivo do juiz, proporcionado pela valoração subjetiva das provas. É essa importância que dá à pronúncia sua função garantidora ou, como diria Aquino, saneadora.

Em suma, com base nas teorias estudadas, depreende-se que a função de garantia da decisão de pronúncia forma-se diante da presença dos seguintes elementos caracterizadores: 1) declaração de isenção de vícios no processo, a qual se dá por meio da verificação da presença de materialidade e indícios suficientes de autoria e ausência causas excludentes de tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade; 2) conjunto probatório firme, a fim de não ensejar julgamentos injustos; e 3) fundamentação com linguagem comedida, com o escopo de não influenciar na decisão dos jurados.

Tais elementos, sem dúvida, fazem parte do procedimento de saneamento estudado e defendido por Aquino, em que se nota haver, na pronúncia, um momento de fato saneador em que se legitima a atuação punitiva do Estado, declarando inexistir vícios processuais.

Em que pese a atual jurisprudência seja deveras displicente, isto é, descuidada a tais preceitos, é incumbência da doutrina tentar reverter tal quadro, demonstrando as razões para se adotar outro entendimento. Eis aqui o motivo do desenvolvimento do presente trabalho.

Por fim, com o intuito de ampliar os fundamentos que ensejam a tese que defende a pronúncia como uma garantia, passa-se ao exame minuciado da mais usada escusa de submissão do acusado ao julgamento em plenário do júri: o engenhoso princípio do *in dubio pro societate*.

## **4 A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* COMO GARANTIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

### **4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente capítulo tem por escopo buscar informações que consubstanciem uma tese voltada para a aplicação do princípio do *in dubio pro societate* como garantia ao devido processo legal.

O primeiro item cuida do conceito dos princípios do *in dubio pro societate* e do *in dubio pro reo*, bem como da sua origem e aplicação na prática forense. Evidencia-se o porquê da existência do primeiro, o qual prevalece sobre o *in dubio pro reo*, em momentos específicos do processo penal, tais quais, precipuamente, o oferecimento e recebimento da denúncia e a decisão de pronúncia.

No segundo tópico do presente capítulo, vislumbra-se o modo com que a quase totalidade da jurisprudência orienta acerca do emprego do princípio do *in dubio pro societate*, em ambos os momentos mencionados. Também será analisada a aplicação do referido princípio quanto às excludentes de ilicitude e culpabilidade e especificadas e discutidas as críticas que vem ganhando força na doutrina brasileira, contrárias à aplicação do aforisma jurídico.

O terceiro item pretende abordar a atual e exagerada utilização pelos magistrados do princípio do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia, demonstrando que esses excessos implicam em sérios riscos à garantia individual do tribunal do júri, por conta da deficiência de provas, o que caracteriza a invalidação do julgamento em plenário.

Por fim, realiza-se, no quarto e último subtópico, a indispensável relativização do princípio do *in dubio pro societate*, diante do processo penal constitucional.

## 4.2 OS PRINCÍPIOS DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* E DO *IN DUBIO PRO REO*

No capítulo anterior, o qual versa, notadamente, acerca dos requisitos e da fundamentação da pronúncia, concluiu-se que há necessidade de valoração das provas na averiguação da admissibilidade da acusação. No fim da primeira fase do procedimento do júri, ao decidir pela pronúncia, impronúncia, desclassificação ou absolvição sumária, podem surgir dúvidas no convencimento do magistrado, por lidar este com fatos normalmente complexos. A fim de dirimir o impasse, dois são os critérios políticos de decisão a serem debatidos no presente item: os princípios do *in dubio pro societate* e do *in dubio pro reo*.

Importa introduzir o estudo desses princípios com as relevantes contribuições de Ronald Dworkin e Robert Alexy. Esta análise basear-se-á, precipuamente, na distinção entre regras e princípios jurídicos, pois essas discussões consubstanciam a própria essência do conceito de princípio, sendo de mais fácil compreensão o seu significado. Dois são os traços caracterizadores distintivos das regras e dos princípios: o quantitativo e o qualitativo.

Sob o aspecto gradual ou quantitativo, Dworkin defende que enquanto as regras são aplicadas à maneira de um tudo ou nada (*all-or-nothing*), ou seja, ou não possuem nenhuma aplicação ou são totalmente aplicáveis, os princípios consistem em razões para decidir<sup>102</sup>. Acerca do aspecto qualitativo, Dworkin afirma que os princípios têm essa dimensão que as regras não têm: “*la dimensión del peso o importancia*”<sup>103</sup> (em português, a dimensão do peso ou importância). Para ele, no conflito entre vários princípios, deve-se levar em conta o peso de cada um deles, devendo prevalecer o de maior densidade, o que não implica necessariamente na invalidação de outro(s) princípio(s). O mesmo não ocorre com as regras, pois estas não detêm dimensão de peso, incorrendo necessariamente na aplicação de uma a invalidação de outras regras a ela contrapostas<sup>104</sup>.

Já Alexy defende que “*los principios son normas que ordenan que algo sea realizado en la mayor medida posible, dentro de las posibilidades jurídicas y reales existentes*”<sup>105</sup>. Isso quer dizer que enquanto as regras consistem em mandamentos definitivos, os quais geram direitos definitivos, os princípios ordenam o cumprimento de algo que se deve fazer em sua maior medida fática e juridicamente possível. Entende-se por possibilidades

<sup>102</sup> DWORKIN, Ronald. **Los derechos en serio**. 2. ed. Barcelona: Ariel Derecho, 1989. Traducción de Marta Guastavino, p. 75-76

<sup>103</sup> DWORKIN, op cit., p. 77.

<sup>104</sup> DWORKIN, op cit., p. 77-78.

<sup>105</sup> ALEXY, Robert. **Teoría de los derechos fundamentales**. Traducción de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993, p. 86.

jurídicas as regras e os princípios opostos, por isso trata o autor dos princípios como mandamentos de otimização, exigindo-se, pois, a ponderação. Além disso, para o autor, os princípios originam direitos *prima facie*, e não direitos definitivos<sup>106</sup>.

Conclui-se que à medida que as regras criam obrigações absolutas, as quais não podem ser superadas por outras regras, os princípios transmitem obrigações *prima facie*, que podem ser derogadas pelos demais princípios. A partir desses ensinamentos, inicia-se a trajetória do estudo acerca do aparente conflito entre o princípio do *in dubio pro societate* e do *in dubio pro reo*.

No que concerne à origem do princípio do *in dubio pro reo*, bem como a sua aplicação no processo penal brasileiro, importa destacar que está insculpido na Constituição cidadã, em seu artigo 5º, LVII, o princípio do estado de inocência ou da não culpabilidade, o qual assegura o direito de qualquer pessoa ser considerada inocente até que transite em julgado sentença penal condenatória. Luigi Ferrajoli sustenta, em sua obra, que “esse princípio fundamental de civilidade representa o fruto de uma opção garantista a favor da tutela da imunidade dos inocentes”<sup>107</sup>.

Decorre da presunção da inocência duas regras: uma de tratamento e outra de cunho probatório. Como regra de tratamento, leciona o Supremo Tribunal Federal:

O POSTULADO CONSTITUCIONAL DA NÃO-CULPABILIDADE IMPEDE QUE O ESTADO TRATE, COMO SE CULPADO FOSSE, AQUELE QUE AINDA NÃO SOFREU CONDENAÇÃO PENAL IRRECORRÍVEL. - [...] Ninguém pode ser tratado como culpado, qualquer que seja a natureza do ilícito penal cuja prática lhe tenha sido atribuída, sem que exista, a esse respeito, decisão judicial condenatória transitada em julgado. **O princípio constitucional da não-culpabilidade, em nosso sistema jurídico, consagra uma regra de tratamento que impede o Poder Público de agir e de se comportar, em relação ao suspeito, ao indiciado, ao denunciado ou ao réu, como se estes já houvessem sido condenados, definitivamente, por sentença do Poder Judiciário.** Precedentes.<sup>108</sup>

A regra de cunho probatório, por seu turno, define que o ônus probatório é da acusação, isto é, quem deve provar a culpa do acusado é o Ministério Público ou o querelante. Incumbe à defesa apenas provar as excludentes de ilicitude ou culpabilidade. Desta regra decorre, pois, o princípio do *in dubio pro reo*, típico do processo penal acusatório. Atualmente, aplica-se esse aforisma jurídico não somente no julgamento final de mérito, mas

<sup>106</sup> ALEXY, Robert. **Derechos, razonamiento jurídico y discurso racional**. Traducción de Pablo Larrañaga. Revista de Teoría y Filosofía del Derecho, n.º 01, Alicante: Isonomia, 1994, p. 40-41.

<sup>107</sup> FERRAJOLI, 2014, p. 506.

<sup>108</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC nº 89501/GO. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, DF, 12 de dezembro de 2006. Diário da Justiça Eletrônico. Brasília, 16 mar. 2007, grifo nosso.

também em determinadas decisões interlocutórias. Frise-se que não são todas as decisões interlocutórias em que se aplica o princípio, a exemplo da decisão de pronúncia.

O princípio do *in dubio pro societate*, por sua vez, estabelece que, fundado em dúvida, o juiz deve pronunciar o acusado, em prol da segurança da sociedade. O fundamento político do brocardo consiste na defesa social ou satisfação da pretensão punitiva estatal, isto é, na supremacia de interesses coletivos, em detrimento do interesse individual do acusado.

Em uma primeira impressão, ambos os princípios nos parecem, de certa forma, antagônicos. O princípio do *in dubio pro reo* afirma que o ônus da prova pertence ao acusador e, caso não ocorra a desincumbência de tal ônus, deve-se absolver o réu, com base na dúvida sobre a existência do crime (artigo 386, VI do Código de Processo Penal). O *in dubio pro societate*, por sua vez, estabelece que, mesmo que a acusação não logre êxito em provar a culpa do réu, decide-se a favor da sociedade e, por exemplo, recebe-se a denúncia ou pronuncia-se o réu.

Tendo em vista que determinados princípios são, naturalmente, conflitantes, pois instituem direitos *prima facie*, o que quer dizer que são aparentemente corretos e perceptíveis à primeira vista, sabe-se que um princípio pode derogar (revogar parcialmente) a aplicação de outro(s) princípio(s).

Recorda-se o posicionamento de Alexy estudado anteriormente, ao defender que os princípios ordenam a aplicação de um direito em sua maior medida possível, variando conforme a situação fática e jurídica. Na especificidade da pronúncia, bem como do oferecimento e recebimento da exordial acusatória, a situação fática e jurídica não é favorável à aplicação do princípio do *in dubio pro reo*, mas sim ao emprego do *in dubio pro societate*, desde que observados os limites deste.

Por isso, para a ratificação do princípio do *in dubio pro societate* em nosso ordenamento jurídico, ou seja, para permanecer em conformidade com o garantismo penal adotado pela ordem constitucional vigente, certos requisitos são exigidos, “como forma de evitar que as decisões judiciais pela precedência de um ou outro princípio fiquem sujeitas ao arbitrário sopesamento do juiz”<sup>109</sup>.

---

<sup>109</sup> CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **Princípios constitucionais: razoabilidade, proporcionalidade e argumentação jurídica**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016, p. 257.



Destarte, para que se torne possível a aplicação do princípio do *in dubio pro societate*, é imprescindível valer-se do princípio constitucional da proporcionalidade, o qual subdivide-se em três máximas: adequação dos meios, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito ou ponderação.

O quesito da adequação dos meios talvez seja o mais penoso a se defender, por conta do outro meio de embasamento da decisão, que é o princípio do *in dubio pro reo*, todavia não impossível. Faz-se, pois, o seguinte questionamento: por que o princípio do *in dubio pro societate* é mais adequado para a valoração da prova, no momento da pronúncia, do que o princípio do *in dubio pro reo*?

Deve-se levar em conta todo o aparato judiciário voltado para a satisfação da punição dos agentes de condutas criminosas dolosas contra a vida. Já se viu no capítulo anterior a tripartição do procedimento nos processos de competência do tribunal do júri, em que se demonstrou que a primeira fase é conduzida pelo magistrado, com o objetivo de colher provas suficientes que viabilizem o exame válido da causa pelos jurados. A validade do julgamento em plenário, sem dúvidas, depende da correta instrução probatória na primeira fase do júri, caso contrário a função garantidora da pronúncia não seria alcançada.

Em que pese haja muitas críticas afirmando pertencer o princípio do *in dubio pro societate* ao sistema penal inquisitório, não adotado pelo Brasil, evidencia-se que o brocardo em questão tenta demonstrar uma ponderação entre o princípio do *in dubio pro reo* e a competência do tribunal do júri, ambos assegurados pela Constituição Federal, no artigo 5º, respectivamente, nos incisos LVII e XXXVIII, alínea d.

Nota-se essa ponderação com o estabelecimento dos limites na aplicação do *in dubio pro societate*: no processo em que contenha a suficiência de indícios de autoria requerida, na dúvida, pronuncia-se o réu, respeitando, assim, a competência constitucional do júri, bem como o dever do Estado em garantir a aplicação adequada do Direito Penal; e, na dúvida infundada, ou seja, se o juiz não está convencido da suficiência de indícios de autoria, decide-se pela impronúncia, valendo-se do princípio do *in dubio pro reo*. Por isso, é adequado dizer que, no fim da primeira fase do júri, vigoram os dois princípios na análise do magistrado: um sustentando a pronúncia e outro, a impronúncia. Nota-se ainda que o núcleo do direito do indivíduo ao *in dubio pro reo* está protegido, até mesmo no momento da aplicação do *in dubio pro societate*.

Sobre o princípio do *in dubio pro societate*, sabe-se que a expressão causa estranheza por parecer contrária ao garantismo penal, porém essa ponderação de interesses será muito bem vislumbrada a partir da limitação do princípio do *in dubio pro societate*, a qual ocorrerá no decorrer deste capítulo.

Acerca dessa ponderação evidenciada, colaciona-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

Ao Tribunal do Júri compete, em consonância com o princípio da soberania dos veredictos, insculpido no art. 5.º, XXXVIII, c, da Constituição da República, a apreciação do mérito da acusação, daí porque se diz que, na fase de pronúncia, eventual dúvida a respeito da autoria do crime deve prestigiar, segundo uma **ponderação de valores constitucionais**, o interesse da sociedade.<sup>110</sup>

Por isso, é translúcida a adequação do princípio do *in dubio pro societate* ao procedimento do júri, na fase da pronúncia.

Adentrando na máxima da necessidade ou exigibilidade, torna-se indispensável a observância da regra de competência constitucional do tribunal do júri, o que quer dizer que o juiz togado não pode analisar o mérito ao pronunciar ou impronunciar, o que ocorreria se fosse utilizado o *in dubio pro reo* na pronúncia. Não se pode haver pré-julgamentos, mas sim valoração de provas, no sentido de fornecer um suporte probatório suficiente para que o conselho de sentença esteja apto a tomar uma decisão e julgar seus pares.

A competência do tribunal do júri para julgar os crimes dolosos contra a vida estabelecida na Constituição não seria respeitada se a apreciação do conselho ocorresse somente com os pré-condenados pelo juiz singular. Ao lerem a pronúncia, os jurados seriam influenciados a condenar o réu, pois seria certo que não passariam casos em que houvesse alguma dúvida.

A tese de aplicabilidade do aforisma do *in dubio pro reo* na decisão de pronúncia já foi refutada com o estudo desenvolvido no primeiro e segundo capítulo acerca do tribunal do júri como uma garantia individual. Se fosse admitido o referido princípio na decisão de pronúncia, seria o mesmo que dizer que o conselho de sentença não sabe julgar, o que romperia com o entendimento de ser o tribunal do júri uma garantia do indivíduo. No entanto,

---

<sup>110</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC nº 91439/BA. Relator: Ministro Og Fernandes, Sexta Turma. Brasília, DF, 17 de setembro de 2009, grifo nosso.

não há que se falar em ser o tribunal do júri contrário ao garantismo penal, visto que até mesmo Luigi Ferrajoli, o pai do garantismo penal, o defende<sup>111</sup>.

Caso prevalecesse a máxima do *in dubio pro reo*, não haveria sentido dizer que o juiz natural da causa para os crimes dolosos contra a vida é o conselho de sentença, pois já estaria julgada a causa antes mesmo de chegar às mãos dele. Só se levaria ao tribunal do júri pré-condenados pelo juiz togado. Não há lógica nesse raciocínio.

Ademais, se assim o fosse, restaria difícil compreender a razão da existência do tribunal do júri, visto que ou o acusado seria condenado duas vezes, o que não faz sentido algum, pois o conselho de sentença apenas decide se o réu é culpado ou não, porém, isso já estaria decidido na decisão de pronúncia; ou então o denunciado seria condenado pelo magistrado e absolvido pelos jurados, o que evidencia uma certa impunidade, visto que haveria provas ensejadoras de condenação, bem como ausência de dúvida sobre a absolvição do réu.

Por isso, faz-se necessária a aplicação de entendimento diverso do *in dubio pro reo*, o que convencionou-se chamar de *in dubio pro societate*.

Além de adequada e necessária, a aplicação do princípio do *in dubio pro societate* deve respeitar o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito. Atualmente, a larga maioria dos magistrados utiliza tal brocardo desenfreadamente, sem requisitos mínimos, o que fere a sua essência, especificamente tal subprincípio, por meio do qual se legitima a utilização do *in dubio pro societate*.

Acerca da legitimação do uso desse princípio, importa ressaltar que todo o restante do presente trabalho é voltado à satisfação da proporcionalidade na aplicação do princípio do *in dubio pro societate*, por isso não será tratado nesse item, mas sim em todos os subsequentes.

---

<sup>111</sup> Vide item 2.4.1 do presente trabalho.

### 4.3 A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*

No processo penal brasileiro, há, pelo menos, dois momentos marcantes em que a jurisprudência pátria é praticamente unânime no sentido de ser cabível a aplicação do princípio do *in dubio pro societate*: no oferecimento e recebimento da denúncia e na decisão de pronúncia. Nos subitens seguintes, serão abordadas as razões pelas quais o referido princípio é tão adotado pela jurisprudência em tais momentos, bem como analisar-se-á a sua aplicação também em relação às excludentes de ilicitude e culpabilidade.

Por fim, serão retratadas as severas críticas sofridas pelo aforisma jurídico, a fim de desmistificá-las.

#### 4.3.1 A aplicação do princípio do *in dubio pro societate* no oferecimento e no recebimento da denúncia

Como é sabido, um dos pressupostos para o recebimento da peça acusatória é a existência de justa causa para o exercício da ação penal<sup>112</sup>. Isso quer dizer que, para a denúncia ser acolhida, faz-se indispensável a presença de um conjunto de elementos concretos hábil a ensejar um juízo de probabilidade ou de verossimilhança, isto é, apto a produzir resultados frutíferos à acusação.

Com a exceção da materialidade, que deve restar comprovada, não se exige prova cabal nos autos acerca da autoria, nesse momento, até porque a instrução probatória ocorrerá no decorrer do processo. Por isso, afirma-se que, no recebimento da denúncia, meros indícios bastam, pois não houve dilação probatória ainda. Vale a ressalva de que, nessa etapa do processo, o peso ou a importância desses indícios não necessitam da robustez exigida à pronúncia, justamente pelo motivo supracitado.

Entendem os tribunais ser aplicável o princípio do *in dubio pro societate* no recebimento da exordial acusatória, pois segue a mesma lógica da pronúncia: ambos servem de admissibilidade da acusação. Senão veja-se:

Quando a denúncia descreve conduta que, em tese, constitui crime, incabível é a alegação de falta de justa causa, tanto mais porque, **nessa fase processual, prevalece o princípio do *in dubio pro societate*, bastando, para o recebimento**

---

<sup>112</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ, Artigo 395, III. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2017.

**da denúncia, a mera probabilidade de procedência da ação penal.** Impedir o Estado-Administração de demonstrar a responsabilidade penal do acusado implica cercear o direito-dever do poder público em apurar a verdade sobre os fatos.<sup>113</sup>

[...] Para o oferecimento da denúncia, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas da materialidade e da autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório. **Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despedidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual, deve ser privilegiado o princípio do *in dubio pro societate*.** De igual modo, não se pode admitir que o julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o *jus accusationis* do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício da ação penal [...]<sup>114</sup>.

Cumprido destacar que apenas a dúvida acerca da autoria do delito será abarcada pelo princípio do *in dubio pro societate*, tanto no recebimento da exordial acusatória quanto na pronúncia. Portanto, no que concerne à materialidade, não devem restar dúvidas.

Novamente, discute-se aqui a impropriedade do termo *in dubio pro societate*, visto que aparenta incompatibilidade com o princípio da não culpabilidade, no entanto, essa visão só será correta quando não impostos limites ao princípio. Como vislumbrado no item anterior, enquanto o princípio do *in dubio pro societate* estiver em consonância com o princípio da proporcionalidade, a ordem constitucional será respeitada.

A desobediência aos princípios que regem o processo penal brasileiro será evidenciada no momento em que magistrados utilizarem de maneira absoluta tal brocardo. É a conscientização dessas pessoas o objetivo do presente trabalho, pois somente assim será respeitado o processo penal constitucional.

Visto isso, destaca-se, no recebimento da denúncia, a utilização pelos magistrados do princípio do *in dubio pro societate*, por se tratar adequado ao momento processual, pois se demanda um juízo de probabilidade e não de certeza. No entanto, deve-se vislumbrar aqui também a ponderação de valores constitucionais tratados no subitem anterior, em que se deve levar em conta os prejuízos sofridos pelo acusado em ser réu numa ação penal, em contraposição ao *jus puniendi*.

<sup>113</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC nº 21.170/RS. Relator: Ministro Carlos Fernando Mathias, Sexta Turma. Brasília, DF, 04 de setembro de 2007. Diário de Justiça 08 out. 2007, grifo nosso.

<sup>114</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC nº 78.256/ES. Relator: Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma. Brasília, DF, 22 de agosto de 2017. Diário de Justiça Eletrônico 30 ago. 2017, grifo nosso.

Uma observância importante faz Fábio Medina Osório, em um artigo de opinião, publicado em 27 de janeiro de 2017 na revista eletrônica Consultor Jurídico, acerca da releitura do princípio do *in dubio pro societate* à luz da justa causa, como se pode ver:

Um sinal dos novos tempos é a quantidade de medidas cautelares que muitas vezes são requeridas em processos punitivos, tais como prisões preventivas, bloqueios patrimoniais ou quebras de sigilos. Essa tendência de exacerbação das cautelares realça que os processos exigem robustez de elementos de convencimento também para sua instauração. O recebimento de uma denúncia ou de uma ação de improbidade gera múltiplos efeitos na vida das pessoas físicas ou jurídicas, disso resultando a importância da atividade preliminar de investigação.<sup>115</sup>

Portanto, afirma o autor que os magistrados devem tomar cuidado no momento do recebimento da inicial acusatória, tendo em vista que o processo penal causa tamanhos prejuízos ao acusado, como exemplifica Medina acima.

Sustenta-se que o princípio do *in dubio pro societate* deve funcionar como na pronúncia, isto é, como um filtro que deixa passar somente as ações penais embasadas em elementos plausíveis e robustos para a satisfação do dever estatal na garantia da adequada aplicação do Direito Penal, e não calcadas em elementos precários.

#### **4.3.2 A aplicação do princípio do *in dubio pro societate* e as excludentes de ilicitude e de culpabilidade**

No fim da primeira fase do júri, dentre as quatro possíveis decisões, aconselha-se, primeiramente, observar se não é o caso da regra do artigo 415 do Código de Processo Penal, o qual estabelece as hipóteses de absolvição sumária, tendo em vista estar presente o juízo de certeza.

Para que seja possível uma sentença absolutória, neste momento do procedimento do júri, deve estar provada, nos autos, a condição de atipicidade, licitude ou não culpabilidade da conduta do agente, tendo em vista que,

Estando o juiz convencido, com segurança, desde logo, da licitude da conduta do réu, da falta de culpabilidade, da inexistência do fato, da sua atipicidade ou da inocência do réu, não há razão para determinar que o julgamento seja realizado pelo Tribunal Popular. Não fosse assim, a instrução realizada em juízo seria totalmente despicienda. Se existe, é para ser aproveitada, cabendo, pois, ao magistrado togado

---

<sup>115</sup> OSÓRIO, Fábio Medina. **Conceito de *in dubio pro societate* deve ser repensado à luz da justa causa.** 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-jan-27/medina-osorio-in-dubio-pro-societate-repensado>>. Acesso em: 08 set. 2017

aplicar o filtro que falta ao juiz leigo, remetendo ao júri apenas o que for, por dúvida intransponível, um crime doloso contra a vida<sup>116</sup>.

Nas lições de Guilherme de Souza Nucci ainda:

Ressaltemos que somente comporta absolvição sumária a situação envolta por qualquer das alternativas e excludentes suprarreferidas quando nitidamente demonstradas pela prova colhida. Havendo dúvida razoável, torna-se mais indicada a pronúncia, pois o júri é o juízo competente para deliberar sobre o tema<sup>117</sup>.

No mesmo sentido, há o entendimento da jurisprudência pátria:

O reconhecimento da legítima defesa na fase do art. 413, do Código de Processo Penal, reclama prova cabal; não emergindo, desde logo, a excludente da antijuridicidade, mostra-se inadmissível a absolvição sumária, cabendo ao Conselho de Sentença a apreciação dos fatos, inclusive quanto ao elemento subjetivo da conduta imputada ao agente, pena de ofensa ao postulado do juiz natural (art. 5.º, XXXVIII, d, CF).<sup>118</sup>

Ainda:

A absolvição sumária, nos processos de competência do tribunal do júri, admite-se somente quando o denunciado faça prova precisa, completa e indiscutível da excludente alegada, pois no caso de dúvida, a questão deve ser dirimida pelo juiz natural, em respeito ao princípio *in dubio pro societate*.<sup>119</sup>

Destarte, infere-se desse raciocínio que, em caso de dúvida, isto é, não havendo provas claras acerca de qualquer das excludentes, deve-se resolver a questão também com a aplicação do princípio do *in dubio pro societate* e consequente decisão de pronúncia.

É a mesma orientação que têm os tribunais, como se pode ver:

Nos termos do art. 413 do CPP, a pronúncia, por se tratar de decisão de índole meramente declaratória, donde se constatará apenas a admissibilidade da acusação em crimes dolosos contra a vida, referida decisão deverá preceder apenas da prova da materialidade (existência do crime) e indícios de autoria, o que se perfaz mediante uma análise ponderada do conjunto probatório. **No caso de exurgirem dúvidas a respeito do animus que motivou a ação do agente e quanto à existência de uma das excludentes de ilicitude, tal como a legítima defesa, justifica-se a prolação da pronúncia, a fim de que o conselho de sentença, juiz natural da causa, dirima a controvérsia, prevalecendo, nesta etapa processual, o princípio do *in dubio pro societate***<sup>120</sup>.

<sup>116</sup> NUCCI, 2015, p. 144.

<sup>117</sup> NUCCI, op. cit., p. 141.

<sup>118</sup> ESTADO DO PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. Recurso em Sentido Estrito nº 0723072-8. Relator: Desembargador Telmo Cherem, Primeira Câmara Criminal. Curitiba, PR, 31 de março de 2011.

<sup>119</sup> ESTADO DE MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Recurso em Sentido Estrito nº 1.0115.11.000193-6/001. Relator: Desembargador Doorgal Andrada, Quarta Câmara Criminal. Belo Horizonte, MG, 23 de janeiro de 2013.

<sup>120</sup> ESTADO DE SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Recurso em Sentido Estrito nº 2010.066426-9. Relatora: Desembargadora Salete Silva Sommariva, 2ª Câmara Criminal. Florianópolis, SC, 11 de abril de 2011.

Não se pode olvidar que se a dúvida não comportar prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, deve ela ensejar a impronúncia, decisão esta bastante esquecida pelos magistrados togados.

Recorda-se, também, que o artigo 483, inciso III do Código de Processo Penal comporta a absolvição do acusado pelo próprio conselho de sentença, mesmo que existente prova da materialidade e da autoria; por isso o entendimento de que, havendo dúvidas, invoca-se o princípio do *in dubio pro societate*.

Sabe-se que, com a reforma de 2008, foi alterada a redação do artigo 413 do Código de Processo Penal, em que um dos requisitos para a prolação da pronúncia passou de “existência do crime” para “materialidade do fato”. Rangel critica essa alteração, ao dizer que “agora com a reforma poderão dizer que basta o fato existir, mas não, necessariamente, que precisa ser crime, desde logo. Podem dizer que ser crime ou não é matéria a ser decidida pelos jurados”<sup>121</sup>.

O raciocínio de que, após a reforma, não precisa ser crime para ir à sessão de plenário, mas apenas fato, é bastante equivocado, visto que o tribunal do júri tem competência apenas para julgar crimes, isto é, condutas típicas, antijurídicas e culpáveis. Por isso, não se pode interpretar que o conselho de sentença poderá julgar qualquer fato.

Ademais, diante de prova inequívoca de excludente de tipicidade, ilicitude ou culpabilidade, decide-se pela aplicação do artigo 415 do Código de Processo Penal, qual seja, a absolvição sumária. Portanto, conclui-se que se não há dúvidas sobre o fato ser atípico e/ou jurídico e/ou não punível, não se leva tal fato à sessão plenária do júri, mas sim decide-se pela absolvição sumária. Havendo dúvidas acerca desses elementos, decide-se pela pronúncia ou impronúncia, a depender do grau do suporte probatório existente.

Por fim, resta salientar a necessidade de apreciação do juiz togado de todas as teses defensivas apresentadas e sem excesso de linguagem. Nos ensinamentos de Nucci:

Se a defesa alega e reclama do magistrado a absolvição sumária, por legítima defesa, por exemplo, torna-se essencial que o julgador afaste a excludente e pronuncie o réu, sem, contudo, manifestar-se avesso, terminantemente, à tese defensiva. Assim fazendo, pode comprometer a isenção futura dos jurados, pois o defensor terá o direito de reiterar o pedido de absolvição, com base no mesmo motivo, em plenário<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> RANGEL, 2015, p. 148.

<sup>122</sup> NUCCI, 2015, p. 98-99.



Destarte, havendo alegação da defesa de excludente de ilicitude ou culpabilidade, deve o juiz apreciar o pleito. Se prevista prova cabal destas, impõe-se a absolvição sumária. Se não estiver convencido o magistrado, deve este expor seus motivos na decisão tomada (pronúncia ou impronúncia), com base no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, e com comedimento nas expressões exteriorizadas, conforme bem explicitado no capítulo anterior.

#### 4.3.3 A aplicação do princípio do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia e suas críticas

A principal atuação do princípio do *in dubio pro societate*, no processo penal brasileiro, certamente, é na decisão de pronúncia. É nessa etapa do procedimento especial do tribunal do júri que o brocardo ganha maior visibilidade e também mais críticas contrárias à sua aplicação. Abordar-se-á, portanto, neste subitem, a posição doutrinária e jurisprudencial acerca de tal princípio, a fim de ilustrar um melhor raciocínio analítico dele. No próximo item, será discutido como o princípio está sendo utilizado, na prática, pelos magistrados.

Marcio Ferreira Rodrigues Pereira, em seu artigo científico, fez um apanhado dos principais autores brasileiros que detêm uma posição veementemente contrária ao princípio, marcada por demasiadas críticas, dentre eles encontram-se: Nucci, Greco Filho, Rangel, Tourinho Filho, Choukr, Lopes Jr. e Oliveira<sup>123</sup>.

Paulo Rangel, ao contrário da doutrina majoritária, entende que:

Na pronúncia, segundo a doutrina tradicional, a qual não mais seguimos, impera o princípio do *in dubio pro societate*, ou seja, na dúvida, diante do material probatório que lhe é apresentado, deve o juiz decidir sempre a favor da sociedade, pronunciando o réu [...]. Entendemos que, se há dúvida, é porque o Ministério Público não logrou êxito na acusação que formulou em sua denúncia, sob o aspecto da autoria e materialidade, não sendo admissível que sua falência funcional seja resolvida em desfavor do acusado<sup>124</sup>.

Nas críticas de Fernando da Costa Tourinho Filho, este abomina o uso do princípio, principalmente, por se portar contrário aos princípios constitucionais, senão veja-se:

É desconhecer que num País cuja Constituição adota o princípio da presunção de inocência torna-se em heresia sem nome falar em *in dubio pro societate*. Muito a propósito, Ada P. Grinover et al.: ‘Em todo e qualquer tipo de processo penal

<sup>123</sup> PEREIRA, Márcio Ferreira Rodrigues. **Acusar ou não acusar? In dubio pro societate é(?) a solução. uma perversa forma de lidar com a dúvida no processo penal brasileiro.** Disponível em: <[http://www.dpu.def.br/images/esdpu/revista/revista\\_4pronta-62-74.pdf](http://www.dpu.def.br/images/esdpu/revista/revista_4pronta-62-74.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2017.

<sup>124</sup> RANGEL, 2015, p. 152.

nenhuma presunção pode superar as estabelecidas em favor do acusado ou do condenado' [...] <sup>125</sup>.

Por fim, Marcio Ferreira Rodrigues Pereira nos remete a outro problema:

[...] não podemos deixar de registrar que o emprego da expressão 'in dubio pro societate', mesmo que seja para apenas dar o sentido anteriormente exposto, parece-nos totalmente inadequado. [...] Com a devida vênia, a referida expressão criou, no Brasil, certa "cultura jurídica" perversa e violadora de garantias fundamentais do indivíduo. Isso porque a ideia do in dubio pro societate, ao arraigar-se profundamente no pensamento do julgador em duas importantes etapas da persecução penal (recebimento da inicial penal e pronúncia), fez com que o magistrado, em caso de dúvida, abandonasse os princípios do estado jurídico de inocência e do in dubio pro reo, resolvendo a questão em prol da sociedade <sup>126</sup>.

Nota-se que dentre as principais críticas estão: inadequação do termo *in dubio pro societate*, uso desarrazoado pela grande maioria dos magistrados, ausência de previsão legal e incompatibilidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, tendo em vista o princípio do estado da inocência.

Tratar-se-á inicialmente acerca da crítica quanto à ausência de previsão legal e incompatibilidade a Constituição Cidadã. Em nosso entendimento, no caso dos processos de competência do tribunal do júri, o princípio do *in dubio pro societate* decorre da interpretação do artigo 413 do Código de Processo Penal, pois invoca um juízo de probabilidade acerca da autoria do delito, ao exigir a suficiência de indícios. Assim, é permitido pronunciar com base da dúvida.

Não há necessidade de certeza quanto à autoria, por isso, havendo dúvida acerca da autoria, decide-se por pronunciar o réu. Vale ressaltar que a dúvida quanto à pronúncia deve estar na autoria e não na materialidade.

Em relação ao juízo de certeza quanto à materialidade, é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

Não é questão de prova, mas de direito probatório - que comporta deslinde em habeas-corpus -, a de saber se é admissível a pronúncia fundada em dúvida declarada com relação à existência material do crime. II. Pronúncia: inadmissibilidade: invocação descabida do in dubio pro societate na dúvida quanto à existência do crime. <sup>127</sup>

<sup>125</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa apud PEREIRA, Márcio Ferreira Rodrigues. **Acusar ou não acusar? In dubio pro societate é(?) a solução. uma perversa forma de lidar com a dúvida no processo penal brasileiro.** Disponível em: <[http://www.dpu.def.br/images/esdpu/revista/revista\\_4pronta-62-74.pdf](http://www.dpu.def.br/images/esdpu/revista/revista_4pronta-62-74.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2017. p. 6.

<sup>126</sup> PEREIRA, op. cit., p. 5-7.

<sup>127</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC nº 81.646. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence, Primeira Turma. Brasília, DF, 04 de junho de 2002, Diário de Justiça 09 ago. 2002.

Pode não estar expressamente previsto na legislação infraconstitucional, no entanto o princípio do *in dubio pro reo* também não está, decorre este de uma interpretação do artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. Por isso, entende-se originar-se da interpretação do artigo 413 do referido diploma legal.

Em relação à possível incompatibilidade com o processo penal constitucional, não há que se falar em incoerência sistêmica. No início deste capítulo, estudou-se como os dois princípios - *in dubio pro reo* e *in dubio pro societate* - podem coexistir em um mesmo ordenamento jurídico.

Ambos os princípios consistem em critérios políticos de decisão que valoram as cargas probatórias no processo e podem coabitar se observados limites. À luz do princípio da proporcionalidade, o princípio do *in dubio pro societate* em nada fere o princípio do *in dubio pro reo*, pois aquele deve sempre observar uma ponderação entre o *in dubio pro reo* e o procedimento especial dado pela Constituição ao tribunal do júri.

Outrossim, ambos fundamentam decisões diferentes. Este, além de comumente utilizado (ou deveria ser) em sentença absolutórias, também pode ser vislumbrado na decisão de impronúncia. Aquele, por seu turno, empregado em juízos de admissibilidade da acusação, permite o prosseguimento do feito ou para instrução processual (no recebimento da denúncia) ou para julgamento em plenário (na decisão de pronúncia), bastando estar presente a probabilidade, que será melhor conceituada no último item do presente trabalho.

Acerca da coexistência de ambos os princípios no ordenamento jurídico, é a interpretação do Supremo Tribunal Federal:

Na sentença de pronúncia deve prevalecer o princípio *in dubio pro societate*, não existindo nesse ato qualquer ofensa ao princípio da presunção de inocência, porquanto tem por objetivo a garantia da competência constitucional do Tribunal do Júri<sup>128</sup>.

Com relação à adequação da expressão *in dubio pro societate*, salienta-se que a maioria dos autores contrários ao princípio entendem ser impróprio o termo por interpretarem-no no sentido de que, havendo dúvida, deve-se sempre decidir a favor da sociedade. Todavia, o termo “sempre” é mal empregado por eles, pois não é essa a razão do princípio.

---

<sup>128</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ARE nº 986566. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma. Brasília, DF, 21 de agosto de 2017. Diário de Justiça Eletrônico, 29 ago. 2017.

Certas dúvidas devem ser motivo de decisão em favor do réu, gerando, assim, uma decisão de impronúncia. Apenas dúvidas acerca da autoria, em processos que contenham lastro probatório suficiente para condenação, podem alicerçar uma decisão de pronúncia. Se a dúvida não estiver calcada em conjunto probatório firme, decide-se a favor do réu, ou seja, impronuncia-se.

Destarte, não importa se a expressão utilizada aparenta ser contrária à ordem constitucional, o que importa é sua consequência no mundo jurídico, a qual está definida exatamente nos termos da expressão. Interpreta-se, pois, como: na presença de dúvida da autoria, em processos consistentes em embasar condenações justas, decide-se pelo interesse público contido na pretensão da punição do Estado.

Por fim, no que tange à crítica da utilização indevida e exacerbada do princípio por meio dos magistrados, ressalta-se que tal crítica é irrefutável, sendo melhor descrita no próximo item. A praxe automatizada no uso do princípio é recorrente nas decisões de juízes singulares e tribunais. Por isso, objetivou-se com esta monografia examinar o seu antídoto: a necessária relativização do princípio do *in dubio pro societate*.

Importa destacar, aqui, que o juízo feito na pronúncia deve ser mais rigoroso do que no recebimento da exordial acusatória, por haver previsão em lei para tal conduta<sup>129</sup>. Não bastam meros indícios, como no recebimento da denúncia, mas sim indícios suficientes. Salienta-se que tal diferenciação será esmiuçada no último item desta monografia.

Para concluir, vale lembrar que todo o procedimento especial do júri é voltado para esta finalidade: garantir a validade do julgamento em plenário, por meio da correta admissibilidade da acusação. Por isso a importância em entender os limites do princípio do *in dubio pro societate*.

---

<sup>129</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ, Artigo 413. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2017.

#### 4.4 OS EXCESSOS NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* E OS RISCOS OFERECIDOS À GARANTIA INDIVIDUAL DO TRIBUNAL DO JÚRI

Defendida a razão da existência do princípio do *in dubio pro societate*, inicia-se o processo de delimitação no emprego desse princípio, ao compreender os riscos oferecidos à garantia individual, que é o tribunal do júri, com o excesso na sua aplicação. Com isso, objetiva-se obstar o prosseguimento de ações penais que não contenham base probatória suficiente para o exame válido pelo conselho de sentença.

Como bem demonstrado no item anterior, a principal crítica da doutrina brasileira encontra-se no uso descontrolado do princípio do *in dubio pro societate*, isto é, na sua utilização sem os requisitos necessários à pronúncia: prova da materialidade e indícios suficientes de autoria do crime.

Hoje em dia, quase a unanimidade dos magistrados utiliza-se do referido princípio para submeter causas sem a mínima comprovação da existência do crime a julgamento perante o conselho de sentença. E para isso, diversas são as escusas empregadas pelos juízes, sendo a principal delas a competência constitucionalmente assegurada ao júri.

Por ser o conselho de sentença o juiz natural da causa, a maioria dos magistrados nem sequer analisa a admissibilidade da acusação como deveriam, mas apenas citam a competência constitucional do júri, somada ao princípio do *in dubio pro societate* e submetem, assim, o acusado a julgamento em sessão plenária do júri.

É de fácil percepção na jurisprudência a afirmação supracitada:

[...] III. Indícios de autoria, ainda que mínimos, são suficientes para o recebimento da inicial acusatória e consequente instauração da ação penal, especialmente considerando que, na fase da pronúncia, vige o princípio *in dubio pro societate*, tendo a sociedade o direito de ver os graves fatos que lhes estão sendo atribuídos esclarecidos em regular instrução.

**IV. Todas as acusações que tenham ao menos possibilidade de procedência deverão ser submetidas ao Tribunal do Júri, juiz natural da causa, com esteio no art. 408 [atual art. 413] do Código de Processo Penal<sup>130</sup>.**

Retira-se de uma decisão de pronúncia, prolatada no processo nº 0000195-42.2016.8.24.0143, o seguinte trecho:

---

<sup>130</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC nº 147.874/RJ. Relator: Ministro Filson Dipp, Quinta Turma. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2010 Diário de Justiça Eletrônico, 01 fev. 2011, grifo nosso.

Inicialmente, há que se esclarecer que, em sede de pronúncia, ocorre inversão da regra procedimental de *in dubio pro reo* para *in dubio pro societate*, de sorte que, **somente diante de prova inequívoca a afastar a pretensão punitiva de crime doloso contra a vida, pode o acusado ser subtraído do julgamento pelo Júri Popular**<sup>131</sup>.

De acordo com ambos os julgados, qualquer dúvida deveria ser dirimida pelo conselho de sentença, o juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida. Porém, a pior compreensão do instituto do *in dubio pro societate* dá-se no último deles, em que, para o magistrado que prolatou a supracitada decisão de pronúncia, somente a prova cabal afastando a acusação do Estado contra o réu impossibilitaria a pronúncia. Nada mais equivocado!

Tal entendimento enseja sérias violações ao processo penal constitucional, à garantia da pronúncia e à validade do julgamento em tribunal do júri. Já foram estudados os requisitos da pronúncia que caracterizam esta como uma garantia ao indivíduo. Sabe-se que, para a pronúncia exercer seu papel de filtro contra acusações levianas e temerárias, necessita-se de uma profunda análise acerca da materialidade e autoria, requisitos estes que devem conter um conjunto probatório suficiente de condenação, não se podendo olvidar da linguagem comedida.

Portanto, deveras equivocado é o entendimento empreendido nos julgados acima citados, o que evidencia um erro do judiciário, pois se abre margem a condenações injustas, desprovidas de lastro probatório suficiente para condenação. Além disso, não se pode olvidar da decisão de impronúncia, a qual deverá ser proferida, em casos em que o juiz não estiver convencido da materialidade ou da suficiência de indícios quanto à autoria. Ou seja, não se demanda certeza para aplicação do disposto do artigo 414 do Código de Processo Penal, mas sim incerteza quanto aos requisitos da decisão de pronúncia.

Acerca dessa escusa da competência do júri, isto é, sobre quem é o juiz natural da causa, Aquino defende que, na primeira fase do júri, não há dúvidas de que o juiz natural seja o juiz togado. Até porque quem pronuncia, impronuncia, absolve sumariamente ou desclassifica o fato delituoso é o juiz da vara do júri<sup>132</sup>.

Conclui Aquino:

<sup>131</sup> COMARCA DE RIO DO CAMPO. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Decisão de Pronúncia nº 0000195-42.2016.8.24.0143. **Diário da Justiça Eletrônico**. Rio do Campo, SC. Disponível em: <[https://esaj.tjsc.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=3Z00503JZ0000&processo;foro=143&uuidCaptcha=sajcaptcha\\_8598e90738c54d889b2f84393cc666a1](https://esaj.tjsc.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=3Z00503JZ0000&processo;foro=143&uuidCaptcha=sajcaptcha_8598e90738c54d889b2f84393cc666a1)>. Acesso em: 12 set. 2017, grifo nosso.

<sup>132</sup> AQUINO, 1999, p. 143.

O Tribunal do Júri, como juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida, existe **se e quando** o Juiz togado admite crime de sua competência na pronúncia. Portanto, as afirmações de que o exame do mérito é vedado ao Juiz e de que não há possibilidade de subtrair o exame da causa ao juiz natural [...] são insustentáveis.<sup>133</sup>

Destarte, só haverá juízo competente do júri se o juiz togado, da primeira fase do júri, decidir que a causa está madura suficiente a ensejar condenação dos jurados. O juiz natural da causa, inicialmente, é o juiz togado, que remete o processo ao segundo juiz natural, que é o conselho de sentença, nos casos em que as provas suportem condenação. Por isso, tão importante é o momento de saneamento do processo, conforme a teoria de Aquino, estudada no item 3.4.

Outro exemplo de erro na aplicação do princípio do *in dubio pro societate* é observado nesse caso, em que sequer havia prova de materialidade e, mesmo assim, o juiz pronunciou o acusado:

O convencimento do juiz, exigido na lei, não é obviamente a convicção íntima do jurado, que os princípios repeliriam, mas convencimento fundado na prova: donde, a exigência - que aí cobre tanto a da existência do crime, quanto da ocorrência de indícios de autoria, de que o juiz decline, na decisão, "os motivos do seu convencimento". 4. Caso em que, à frustração da prova pericial - que concluiu pela impossibilidade de determinar a causa da morte investigada -, somou-se a contradição invencível entre a versão do acusado e a da irmã da vítima: **consequente e confessada dúvida do juiz acerca da existência de homicídio, que, não obstante, pronunciou o réu sob o pálio da invocação do in dubio pro societate, descabido no ponto.** 5. Habeas-corpus deferido por falta de justa causa para a pronúncia<sup>134</sup>.

É cristalina a necessária releitura do princípio, pois essa remessa automática ao tribunal do júri, além de sobrecarregá-lo, está gerando sérias repercussões às condenações infundadas, o que fere profundamente a base constitucional solidificada.

Acerca dessa automatização na pronúncia, leciona Nucci:

É preciso cessar, de uma vez por todas, ao menos em nome do Estado Democrático de Direito, a atuação jurisdicional frágil e insensível, que prefere *pronunciar* o acusado, sem provas firmes e livres de risco. Alguns magistrados, valendo-se do criativo brocardo *in dubio pro societate* (na dúvida, decide-se em favor da sociedade), remetem à apreciação do Tribunal do Júri as mais infundadas causas – aquelas que, fosse ele o julgador, certamente, terminaria por absolver<sup>135</sup>.

<sup>133</sup> AQUINO, op. cit., p. 145.

<sup>134</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC nº 81646. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence, Primeira Turma. Brasília, DF, 04 de junho de 2002.

<sup>135</sup> NUCCI, 2015, p. 87, grifos do autor.

Para encerrar o presente subitem, colaciona-se um caso muito comum às varas do júri: o crime cometido no trânsito, com resultado morte. Sabe-se que, nesses casos, uma das mais trabalhosas tarefas é enquadrar o crime no instituto da culpa consciente ou do dolo eventual. Essa diferenciação, por óbvio, implica consequências importantíssimas ao réu, visto que, se entendido pela culpa consciente, o processo não vai a júri, mas sim a julgamento pelo juiz singular e, se comprovado o dolo eventual, por seu turno, remete-se o caso ao conselho de sentença.

No caso a ser mencionado, nota-se que o magistrado, ao prolatar a decisão de pronúncia, atentou-se aos requisitos da materialidade e indícios suficientes da autoria, todavia delegou a análise acerca da culpa consciente e do dolo eventual aos juízes leigos, sob o argumento de que “apenas em casos em que salta aos olhos a existência da culpa, seja por imprudência, imperícia ou negligência, os julgadores deixam de aplicar o princípio do *in dubio pro societate*”<sup>136</sup>.

Nada mais errôneo, novamente, pois é sabido que a competência do tribunal do júri prevista no inciso XXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal é para julgar crimes dolosos contra a vida. Nesse caso relatado, o magistrado não se deu ao trabalho de assegurar tal competência, nem ele sabia que o crime era doloso ou culposos, mas apenas conferiu a tarefa aos jurados, sob o crivo do previsível princípio do *in dubio pro societate*.

A decisão de pronúncia foi reformada tanto pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, e mantido o acórdão pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, como se pode ver:

É certo que, na fase do *iudicium accusationis*, não se admite longas incursões sobre o mérito da acusação, sob pena de usurpar a competência do Tribunal do Júri. Entretanto, **não se pode transferir para a Corte Popular, utilizando-se do brocardo *in dubio pro societate*, o juízo técnico a respeito da adequação do dolo eventual e da culpa consciente, nas hipóteses de homicídio praticado na direção de veículo automotor, ante as dificuldades óbvias de compreensão desses institutos.** [...] Diante desse quadro, agiu com acerto a Corte de origem em desclassificar a conduta para a modalidade culposa, visto que não há outros fatores que, somados à alta velocidade empregada - 100km/h - e ao excesso de passageiros, permitam aferir a plausibilidade da acusação pelo delito contra a vida, na modalidade dolosa. [...] Cumpre notar, ainda, que **somente quando houver fundada dúvida, ou seja, elementos indiciários conflitantes acerca da existência**

<sup>136</sup> DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Decisão de Pronúncia nº 2010.05.1.000104-6. Diário de Justiça Eletrônico. Distrito Federal, DF. Disponível em: <<http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgil?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=tjhtml122&ORIGEM=INTER&CIRCUN=5&SEQAND=167&CDNUPROC=20100510001046>>. Acesso em: 12 set. 2017.



**de dolo, a divergência deve ser dirimida pelo Conselho de Sentença, o que não se vislumbra do contexto probatório delineado pela Corte de origem.**<sup>137</sup>

Assim, torna-se cristalina a invocação cega do princípio do *in dubio pro societate* pela maioria dos magistrados, sem a observância, *in casu*, do requisito subjetivo mínimo da competência constitucional do júri: o dolo.

Com a reunião dos julgados neste subitem, conclui-se que o atual entendimento majoritário dos juízes amplia os riscos de condenações injustas, sem bases probatórias suficientes para condenação. Dizer que o acusado só não será pronunciado se houver prova inequívoca justificando a inocência do acusado é levar à sessão plenária do júri todo e qualquer processo que detenha sequer meros indícios.

A prática forense propôs um caminho simples, rápido e automático, de acordo com a conveniência do magistrado, inclusive sem maiores fundamentações: basta suscitar o famoso *in dubio pro societate*. Por isso a necessidade em limitar o seu uso, a fim de assegurar a ponderação dos valores constitucionais vigentes no ordenamento jurídico hodierno.

---

<sup>137</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp nº 1.327.087/DF. Relator: Ministro Og Fernandes, Sexta Turma. Brasília, DF, 10 de setembro de 2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=30630468&num\\_registro=201201170180&data=20131111&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=30630468&num_registro=201201170180&data=20131111&tipo=5&formato=PDF)>. Acesso em: 12 set. 2017.

#### 4.5 A NECESSÁRIA RELATIVIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* PARA QUE ESTE NÃO SE TRANSFORME EM INSTRUMENTO DE INJUSTIÇA PENAL

Diante de todo o exposto, indiscutível faz-se a relativização do princípio do *in dubio pro societate* para a legitimação do devido processo legal. Sabe-se que este deve conduzir-se por meio do equilíbrio entre as garantias constitucionais do processo penal.

Tucci ensina a dupla finalidade do direito processual penal, como se pode ver:

De qualquer modo, não se pode deixar de ter na devida conta que, como já frisado, estreitamente ligado ao Direito Penal, e atendendo às diretrizes estabelecidas pelo escopo de suas respectivas normas - de *consecução do bem comum* e correlata *pacificação social*, assecuratória da segurança pública -, o processo penal objetiva, concomitantemente, duplafinalidade, a saber: a) por um lado a *tutela da liberdade jurídica do indivíduo*, membro da comunidade; e, b) por outro, o de *garantia da sociedade* contra a prática de atos penalmente relevantes, praticados pelo ser humano, em detrimento de sua estrutura.<sup>138</sup>

Vale recordar ainda as lições de Rangel, ao afirmar que “a decisão de pronúncia é um freio que o Estado-juiz coloca à disposição do acusado contra a sanha persecutória do MP”<sup>139</sup>. Todavia, no entendimento do garantista Tucci, esse freio deve orientar-se não só pela garantia do acusado, mas também pelos direitos garantidos à sociedade.

No segundo item do presente capítulo, evidenciou-se a importante ponderação de valores constitucionais presente no princípio do *in dubio pro societate*. Recordar-se que este serve de equilíbrio entre o princípio do *in dubio pro reo* e o procedimento do júri, juntamente com a garantia de satisfação da pretensão punitiva estatal. Todo o aparato judiciário que ampara os processos de competência do júri volta-se à validade do julgamento em plenário. Para que ocorra a legitimação do conselho de sentença em julgar a causa, requer-se prova da materialidade e suficiência de indícios de autoria.

No entanto, segue a incompreensão acerca de como se dá essa filtragem necessária, em que somente causas fundadas em conjunto probatório firme serão submetidas ao conselho de sentença. Estudar-se-á agora como se distingue um lastro probatório precário de um firme.

<sup>138</sup> TUCCI, 2004, p. 34, grifos do autor.

<sup>139</sup> RANGEL, 2015, p. 148.

Em termos mais concretos, incorpora-se ao presente trabalho a teoria da lógica das provas em matéria criminal defendida por Nicola Flamarino dei Malatesta, com o fim de trazer uma concepção mais clara da distinção entre certeza, probabilidade e credibilidade.

Num panorama geral, resume Malatesta o que seria a dúvida:

Relativamente ao conhecimento de um dado fato, o espírito humano pode encontrar-se no estado de ignorância, dúvida ou certeza.

A dúvida é um estado complexo. Existe dúvida, em geral, sempre que uma asserção se apresenta com motivos afirmativos e negativos; ora, pode dar-se a prevalência dos motivos negativos sobre os afirmativos e tem-se o **improvável**; pode haver igualdade entre os motivos afirmativos e os negativos e tem-se o **crível no sentido específico**. Pode haver, finalmente, prevalência dos motivos afirmativos sobre os negativos e tem-se o **provável**<sup>140</sup>.

Para o autor, “a verdade, em geral, é a conformidade da noção ideológica com a realidade; a crença na percepção desta conformidade é a certeza”<sup>141</sup>. Em contraposição ao estado de ignorância, que é ausência de conhecimento qualquer, a certeza é, pois, o estado subjetivo de alma, também conceituada como a percepção da realidade indubitável. Ela tem um só objeto: a verdade. Ela não detém motivos divergentes de sua crença, e sim apenas convergentes à afirmação da verdade.

A probabilidade, por outro lado, não tem um único objeto, como na certeza. Há um objeto múltiplo que consiste em motivos maiores e menores, chamados também aqueles de convergentes à afirmação e estes, de divergentes da afirmação. Para ser caracterizada a probabilidade, ela necessita de motivos convergentes e divergentes. Conclui Malatesta que a probabilidade consiste na “*percepção dos motivos maiores convergentes a crer e dos menores divergentes da crença*, julgados todos dignos de serem considerados, segundo a diversa medida do seu valor”<sup>142</sup>.

Por fim, a credibilidade, em seu sentido específico, constitui a equivalência de motivos maiores e menores, ou seja, “sempre que a consciência se encontra diante de motivos *iguais* para afirmação e negação; na percepção das razões iguais para acreditar ou não, assenta-se sua natureza específica”<sup>143</sup>. Resta salientar que se deixassem de existir motivos iguais, estar-se-ia ou no provável (mais que o crível específico) ou no improvável (menos que o crível específico).

<sup>140</sup> MALATESTA, Nicola Flamarino Dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. 6. ed. Campinas: Bookseller, 2005. Tradução de Paolo Capitanio, p. 23, grifos nossos.

<sup>141</sup> MALATESTA, op. cit., p. 25.

<sup>142</sup> MALATESTA, op. cit., p. 66, grifos do autor.

<sup>143</sup> MALATESTA, op. cit., p. 72, grifos do autor.

Resume-se essa parte da teoria de Malatesta, portanto, em cinco estados de espírito do ser humano: 1) estado de ignorância, o que implica na ausência de qualquer conhecimento; 2) estado de improbabilidade, por haver inferioridade dos motivos convergentes e superioridade dos motivos divergentes; 3) estado de credibilidade, em que se inclui igualdade entre sim e não; 4) estado de probabilidade, em que prevalecem os motivos convergentes à afirmação; e 5) estado de certeza ou “conhecimento afirmativo triunfante”<sup>144</sup>. Ressalta-se, por fim, que a dúvida está presente no segundo, terceiro e quarto estado.

Sabe-se que em relação à materialidade, não se pode admitir dúvidas, mas sim deve haver prova inequívoca de que o crime ocorreu, ou seja, certeza; já a análise da dúvida acerca da autoria deve orientar-se pela valoração subjetiva das provas, em que se decide pela pronúncia quando presentes indícios suficientes, isto é, um conjunto de circunstâncias provadas que convergem para uma só concepção: a autoria do acusado.

Subsumindo a teoria de Malatesta ao presente estudo, tem-se que o único estado de alma possível de condução do princípio do *in dubio pro societate* é o estado de probabilidade, em que os motivos convergentes são superiores aos divergentes. Jamais, na pronúncia, pode-se utilizar da mera credibilidade, visto que não basta a equivalência de motivos convergentes e divergentes a crer. Muito menos, utilizar-se-á do improvável, a fim de embasar uma decisão de pronúncia.

Acerca da dúvida ainda, são as lições de Nucci:

Sob outro prisma, a suficiência de provas deve espelhar uma dúvida razoável. Um determinado magistrado, analisando o conjunto probatório, condenaria; outro, poderia absolver. Envolvida está a valoração da prova, que, com certeza, varia de pessoa para pessoa, logo, de juiz para juiz.<sup>145</sup>

Sabe-se que essa valoração de provas é subjetiva de cada juiz. Assim como a verdade está nos fatos e a certeza, na cabeça no juiz, a probabilidade acerca da autoria também depende do discernimento de cada julgador. Por isso, torna-se difícil a aplicação da teoria neste trabalho apresentada, mas não impossível. Se, cada vez mais, os magistrados refletirem profundamente sobre a relativização do princípio do *in dubio pro societate* e buscarem entender que somente o estado de probabilidade enseja a pronúncia, sem dúvidas, haverá uma maior segurança à garantia do júri.

<sup>144</sup> MALATESTA, op. cit., p. 70, grifos nossos.

<sup>145</sup> NUCCI, 2015, p. 87.

Foi dito anteriormente que o convencimento do juiz deve ser objetivo, isto é, não com base no que ele acha, mas sim fundado nas provas contidas nos autos. Essa valoração de provas, como visto, deve ser subjetiva, em que algumas valem mais, outras menos. Deve-se ponderar, aqui, dependendo do caso em concreto, o quanto vale: um depoimento assentado no “ouvi dizer”; um depoimento de quem esteve no local do crime; as provas de materialidade que induzem à autoria do acusado.

Cabe ao magistrado equilibrar as provas e indícios compreendidos nos autos, a fim de encontrar seu estado de espírito, qual seja, a certeza, a probabilidade, a credibilidade, a improbabilidade ou a ignorância. Espera-se que este último não ocorra, visto que não pode basear nem o recebimento da acusação, imagina-se a pronúncia, que requer maior carga probatória.

Conclui-se, ante todo o exposto, que o estado de improbabilidade e o de credibilidade sustentam a teoria do princípio do *in dubio pro reo* e ensejam o decreto da impronúncia. Esse entendimento coaduna-se com a máxima da proporcionalidade em sentido estrito, a qual se deixou para ser tratada, neste último item, objeto primordial da presente pesquisa.

Por isso, nota-se que o princípio do *in dubio pro societate* garante o meio termo exigido por Tucci, se relativizado, isto é, se observada a teoria da prova exposta por Malatesta. Nota-se que a tradução literal do aforisma consiste em “na dúvida, decide-se a favor da sociedade”, no entanto o termo *dúvida* é empregado em seu sentido amplo, o qual compreende o improvável, o crível e o provável.

Por isso, conclui-se, com a presente pesquisa que não se pode aplicar de modo absoluto tal princípio, compreendendo esses três estados de espírito do ser humano, mas sim, apenas um deles: o estado de probabilidade, em que os motivos convergentes de crença são superiores que os divergentes. Com efeito, está-se diante da relativização do referido princípio, em que se restringe a sua aplicação apenas aos casos prováveis. Isso é a suficiência de indícios de autoria, disposta no artigo 413 do Código de Processo Penal.

Em suma, entende-se que, no fim da primeira fase do júri, a dúvida pode ensejar apenas dois meios de solução, tais quais, como visto, a pronúncia ou a impronúncia. Aqui não se fala em absolvição sumária, tampouco em desclassificação, visto que estas decisões demandam certeza no julgamento.

A pronúncia, à luz do princípio do *in dubio pro societate* (estado de probabilidade das provas), é a garantia da sociedade de que o dever do Estado em cumprir a adequada aplicação do direito penal será preservado, bem como se garante a competência constitucional instituída do júri.

A impronúncia, por outro lado, à luz do princípio do *in dubio pro reo* (estado de improbabilidade ou credibilidade), tenta garantir os direitos do indivíduo, não se, devendo, neste trabalho, entrar no mérito acerca de sua constitucionalidade ou não. É visível o esforço do instituto da impronúncia em ver respeitada a garantia de liberdade do cidadão.

Tendo isso em vista, é o entendimento de Nucci:

O raciocínio é simples: o juiz da fase da pronúncia remete a julgamento em plenário o processo que ele, em tese, poderia condenar, se fosse o competente. Não é questão de se demandar certeza de culpa do réu. Porém, deve-se reclamar provas suficientes. Havendo a referida suficiência, caberá ao Conselho de Sentença decidir se condena ou absolve. [...] Não se remete ao Tribunal do Júri a causa perdida, aquela que juiz togado algum teria condições de julgar procedente, condenando o réu, desde que respeitadas a teoria da prova e o sistema constitucional de direitos e garantias fundamentais.<sup>146</sup>

Conclui o raciocínio de Nucci, Greco Filho, ao depreender que “o raciocínio do juiz da pronúncia, então, deve ser o seguinte: segundo minha convicção, se este réu for condenado haverá uma injustiça? Se sim, a decisão deverá ser de impronúncia ou de absolvição sumária”<sup>147</sup>.

Felizmente, a inteligência do Superior Tribunal de Justiça vai ao encontro do entendimento exposto, a saber:

**[...] cabe à primeira fase do procedimento relativo aos crimes da competência do Tribunal do Júri, denominada iudicium accusationis, afastar da apreciação do Conselho de Sentença acusações manifestamente infundadas, destituídas, portanto, de qualquer lastro probatório mínimo.** III – Na espécie, consta em desfavor do recorrido tão somente referências a testemunhos, que, com supedâneo no ‘ouvi dizer’, lhe atribuem a prática do crime, na medida em que teria fornecido a arma do crime ao executor. **Tais elementos revelam-se precários, e dessa forma, não autorizam a sua submissão ao iudicium causae.** IV – Este o quadro, tem-se que a manifesta ausência de indícios impõe a manutenção da decisão tomada em segundo grau que despronunciou o recorrido<sup>148</sup>.

<sup>146</sup> NUCCI, 2015, p. 87.

<sup>147</sup> GRECO FILHO, Vicente. **Tribunal do júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. Coordenação de Rogério Lauria Tucci.

<sup>148</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp nº 933436/SP. Relator: Ministro Felix Fischer, Quinta Turma. Brasília, DF, 13 de outubro de 2009, grifos nossos.

Acima disso, estará legitimado o processo penal. André Mauro Lacerda Azevedo, apud Nucci, afirma o seguinte:

Sob esta perspectiva, o juiz exerce na pronúncia a filtragem necessária das demandas judiciais, não apenas para desafogar o Tribunal do Júri, mas, antes disso, zelar pelo devido processo legal ao assegurar que somente as causas devidamente fundadas sejam submetidas ao crivo do julgamento popular<sup>149</sup>.

Depreende-se, pois, com a presente pesquisa, que a função da pronúncia é a de evitar, ao máximo, que um inocente seja submetido a julgamento pelo conselho de sentença. Isso porque, além das garantias asseguradas ao indivíduo, o Estado se comprometeu a indenizar o erro judiciário cometido em face do acusado submetido a processo penal sem justa causa (inciso LXXV do artigo 5º da Constituição Federal).

É papel do Estado, portanto, a proteção ao indivíduo contra acusações levianas, transformando o princípio do *in dubio pro societate* em instrumento de garantia do devido processo legal e não de injustiça penal.

---

<sup>149</sup> AZEVEDO, André Mauro Lacerda apud NUCCI, 2015, p. 92.

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada e anteriormente exposta permite que se conclua que:

1) a instituição do tribunal do júri, no Brasil, manteve-se inserida no rol de direitos humanos nas Constituições de 1891, 1946, 1967 e na vigente Constituição de 1988, sendo conferido um demasiado rigor no governo de Vargas, que, em certos aspectos, pode até superar o do regime militar, visto que, até na Constituição de 1967, que vigorou durante o regime militar, o tribunal do júri foi tratado como um direito e uma garantia, porém, no governo de Vargas, em 1937, o instituto foi abolido;

2) tem fundamento a crítica de que ocorreu uma involução ou retrocesso social do caráter democrático da instituição do júri, visto que, no período imperial, o júri era mais democrático do que hoje, pois era pautado em grandes debates entre os jurados e agora a incomunicabilidade dos jurados é o que prevalece;

3) a competência do tribunal do júri para julgar crimes dolosos contra a vida é uma competência mínima prevista como cláusula pétrea no ordenamento jurídico brasileiro, isto é, nem com uma emenda constitucional pode-se reduzir essa competência, no entanto, ampliá-la por meio de legislação infraconstitucional faz-se plenamente possível;

4) para a doutrina majoritária, a caracterização de um crime contra a vida necessita que a morte seja o objetivo-fim da conduta criminosa e não apenas meio de execução. Por isso, não entram na competência do júri, entre outros, os seguintes crimes: latrocínio, lesão corporal seguida de morte e estupro qualificado em razão da morte da vítima;

5) o tribunal do júri é consagrado como uma garantia individual, não só por estar prevista no rol de direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988, mas, também, porque, sendo os juízes escolhidos nos extratos sociais semelhantes aos do réu, que pensam como este, agregam elementos benéficos para o julgamento, que o juiz togado não está acostumado a adotar nas suas decisões, em razão de não apenas pertencer (na esmagadora maioria dos casos) à classe social diversa do autor e viver em uma realidade completamente diferente do agente criminoso, mas, também, por agir, mecanicamente, ao mundo jurídico, pelo seu olhar técnico e frio perante os crimes;

6) Luigi Ferrajoli, um dos principais expoentes da teoria garantista, filia-se à ideia do juiz cidadão e não do juiz magistrado, pela característica daquele de sua imparcialidade



externa, visto que o jurado não faz parte de um sistema político; e interna, por não ser um funcionário condicionado à carreira ou a vínculos de subordinação hierárquica;

7) o júri decorre do regime político democrático, sendo o solo firmado em regimes ditatoriais, certamente, infértil ao crescimento de institutos pelo qual o poder emana do povo. Ferrajoli, ao distinguir democracia formal ou política da substancial ou social, defende que a teoria do garantismo, em sua forma ideal, encontra-se neste último modelo de democracia, o qual representa tanto a maioria como as minorias. Conclui-se que o júri é uma forma de democracia substancial, visto que, no ato da escolha dos jurados, isto é, por meio de sorteio, a minoria marginalizada está inserida na maioria. Todos detêm o mesmo peso em seu voto. Tudo estaria consubstanciado em uma única decisão;

8) o procedimento especial do júri consiste em três fases: o juízo de formação de culpa (da denúncia à pronúncia), a fase de preparação do plenário e o juízo de mérito (sessão de instrução e julgamento do júri). Até a pronúncia, o procedimento é basicamente similar ao procedimento comum, no entanto, na finalização da primeira fase do júri, há quatro formas de decisão típicas do procedimento especial: a) a pronúncia, que remete os autos ao julgamento em plenário; b) a impronúncia, a qual extingue o processo sem julgamento de mérito, devido à inexistência de prova da materialidade ou insuficiência de indícios de autoria; c) a absolvição sumária, que julga improcedente a denúncia ou a queixa, se evidenciadas alguma das hipóteses do artigo 415 do Código de Processo Penal; e d) a desclassificação, remetendo o processo a outro juízo (singular), por reconhecer incompetência do tribunal do júri;

9) na última fase do júri, mais precisamente nos debates orais, o artigo 478 do Código de Processo Penal impõe vedação às partes de fazer referência à pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, à determinação do uso de algemas e ao silêncio do acusado. Se o conselho de sentença decidir pela condenação, o juiz presidente deve prolatar sentença e fixar a dosimetria da pena. Da sentença absolutória ou condenatória cabe recurso de apelação ao Tribunal de Justiça, podendo este, no máximo, sujeitar o réu a novo julgamento, mas nunca reformar a decisão, o que não ocorre no julgamento da revisão criminal, que pode sim modificar diretamente a decisão dos jurados;

10) a pronúncia é uma decisão interlocutória mista não terminativa, com estrutura de sentença, em que se contempla relatório, fundamentação e dispositivo. São seus requisitos legais o convencimento do juiz sobre a materialidade do fato e sobre a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação;

11) Aquino, ao defender a função garantidora da pronúncia, entende que o conselho de sentença só poderá agir de modo soberano se for declarada a isenção de vício no processo, isto é, se a decisão de pronúncia passar por uma análise saneadora. Assim, inspecionado o processo, verificada a presença de materialidade e indícios suficientes de autoria, ausentes causas excludentes de tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade, permite-se ao magistrado proferir decisão de pronúncia. Além disso, para Aquino, neste momento do fim da primeira fase do júri, vislumbra-se um equilíbrio entre duas garantias: em relação ao réu, seria a garantia de este não ser submetido a julgamento injusto, desprovido de fundamento; e, no que tange ao Ministério Público, a garantia do exercício do *jus puniendi*, ou seja, de que seja satisfeita a pretensão punitiva do Estado;

12) Nucci constrói a teoria de que a pronúncia é uma garantia ao indivíduo, se observados dois requisitos: 1) a decisão for proferida com base em um conjunto probatório firme que comporte possível condenação, segundo uma valoração subjetiva das provas e convencimento objetivo do magistrado, a fim de não ensejar julgamentos injustos; 2) a observância do comedimento da linguagem, visto que a adoção de termos que denotem certeza de culpa do réu impacta em um juízo de certeza nos jurados quanto aos fatos, influenciando-os;

13) o princípio do *in dubio pro reo* e o do *in dubio pro societate* parecem ser antagônicos, visto que: a) o primeiro afirma que o ônus da prova pertence ao acusador e, caso não ocorra a desincumbência de tal ônus, deve-se absolver o réu, com base na dúvida sobre a existência do crime (artigo 386, VI do Código de Processo Penal); e b) o segundo estabelece que, mesmo que a acusação não logre êxito em provar a culpa do réu, decide-se a favor da sociedade e, por exemplo, recebe-se a denúncia ou pronuncia-se o réu;

14) ambos os princípios são, naturalmente, conflitantes, pois instituem direitos *prima facie*, no entanto decide-se pela ponderação entre eles. Alexy defende que os princípios ordenam a aplicação de um direito em sua maior medida possível, variando conforme a situação fática e jurídica. Na especificidade da pronúncia, bem como do oferecimento e recebimento da exordial acusatória, a situação fática e jurídica não é favorável à aplicação do princípio do *in dubio pro reo*, mas sim ao emprego do *in dubio pro societate*, desde que observados os limites deste;

15) para que o princípio do *in dubio pro societate* esteja em conformidade com o garantismo penal adotado pela ordem constitucional vigente, o aforisma deve obedecer ao

princípio da proporcionalidade, a qual se divide em adequação dos meios, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito ou ponderação;

16) o princípio do *in dubio pro societate* é mais adequado para a valoração da prova no momento da pronúncia do que o princípio do *in dubio pro reo*, visto que o objetivo da pronúncia é examinar a suficiência de provas, a fim de viabilizar o exame válido da causa pelo conselho de sentença. Não se decide em favor do réu, pois se leva o processo adiante, para que seja assegurada a pretensão punitiva do Estado;

17) o princípio do *in dubio pro societate* tenta demonstrar uma ponderação entre valores constitucionais: o princípio do *in dubio pro reo* e a competência do tribunal do júri, juntamente com a satisfação da pretensão punitiva estatal. No processo em que contenha a suficiência de indícios de autoria requerida, na dúvida, pronuncia-se o réu, respeitando, assim, a competência constitucional do júri, bem como o dever do Estado em garantir a aplicação adequada do Direito Penal. Já na dúvida infundada, ou seja, se o juiz não está convencido da suficiência de indícios de autoria, decide-se pela impronúncia, valendo-se do princípio do *in dubio pro reo*. Nota-se ainda que o núcleo do direito do indivíduo ao *in dubio pro reo* está protegido, até mesmo no momento da aplicação do *in dubio pro societate*;

18) no recebimento da denúncia, a aplicação do princípio do *in dubio pro societate* (apenas quanto à autoria) também deve obedecer limites, devendo-se levar em conta os prejuízos sofridos pelo acusado em ser réu numa ação penal, em contraposição ao *jus puniendi*. Neste momento, o princípio deve funcionar como um filtro que deixa passar somente as ações penais embasadas em elementos plausíveis e robustos para a satisfação do dever estatal na garantia da adequada aplicação do Direito Penal, e não calcadas em elementos precários, com o fim de evitar prejuízos irreparáveis ao acusado;

19) no fim da primeira fase do júri, entre as quatro possíveis decisões, deve-se observar primeiramente a regra do artigo 415 do Código de Processo Penal, a qual demanda certeza da condição de atipicidade, licitude ou não culpabilidade da conduta do agente, a fim de possibilitar uma sentença de absolvição sumária. Em caso de dúvida, isto é, não havendo provas claras acerca de qualquer das excludentes, deve-se resolver a questão com a relativização na aplicação do princípio do *in dubio pro societate*: se o caso comportar prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, pronuncia-se o réu; na ausência desses requisitos, impõe-se a impronúncia;

20) entre as principais críticas ao princípio do *in dubio pro societate* estão: inadequação do termo, uso desarrazoado pela grande maioria dos magistrados, ausência de previsão legal e incompatibilidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, tendo em vista o princípio do estado da inocência;

21) o princípio do *in dubio pro societate* decorre da interpretação do artigo 413 do Código de Processo Penal, o qual invoca um juízo de probabilidade acerca da autoria do delito, visto que exige “indícios suficientes de autor”. Permite-se, assim, com base da dúvida, decidir-se a favor da sociedade;

22) não há que se falar em incoerência sistêmica ou incompatibilidade com a Constituição, tendo em vista que os dois princípios - *in dubio pro reo* e *in dubio pro societate* - podem coexistir em um mesmo ordenamento jurídico. O *in dubio pro societate*, na busca pela assecuração da competência constitucional do júri, vislumbra uma ponderação, à luz do princípio da proporcionalidade, que em nada fere o *in dubio pro reo*;

23) não importa se a expressão utilizada aparenta ser contrária à ordem constitucional, o que importa é sua consequência no mundo jurídico, a qual está definida exatamente nos termos da expressão. Interpreta-se, pois, como: na presença de dúvida da autoria, em processos consistentes em embasar condenações justas, decide-se pelo interesse público contido na pretensão da punição do Estado;

24) hoje em dia, a jurisprudência majoritária utiliza-se do referido princípio para submeter causas sem a mínima comprovação da existência do crime a julgamento perante o conselho de sentença, implicando em julgamentos injustos e desprovidos de sustentação probatória suficiente. É, sem dúvidas, um caminho simples, rápido e automático, de acordo com a conveniência do magistrado, inclusive sem maiores fundamentações: basta suscitar o engenhoso princípio do *in dubio pro societate*;

25) com a reunião dos julgados na presente pesquisa, a principal escusa dos magistrados está na competência do júri, em que o juiz natural da causa deve ser o conselho de sentença e, por isso, no entendimento na majoritária jurisprudência, todo e qualquer processo deve ser levado à sessão de julgamento do júri. Alguns dos exemplos de erros cometidos pelos juízes são: a) a remessa a júri de processo, sem prova da materialidade, o que é ilegal, pois infringe o artigo 413 do Código de Processo Penal; b) a ausência de apreciação no elemento subjetivo do crime, no momento da pronúncia, ocorrendo principalmente nos

crimes de trânsito, com resultado morte, pois se torna difícil a diferenciação entre culpa consciente e dolo eventual;

26) para a relativização do princípio do *in dubio pro societate*, utilizou-se a teoria da lógica das provas em matéria criminal, a qual se resume em cinco estados de espírito do ser humano: a) estado de ignorância, o que implica na ausência de qualquer conhecimento; b) estado de improbabilidade, por haver inferioridade dos motivos convergentes e superioridade dos motivos divergentes; c) estado de credibilidade, em que se inclui igualdade entre sim e não; d) estado de probabilidade, em que prevalecem os motivos convergentes à afirmação; e e) estado de certeza;

27) respeitando a máxima da proporcionalidade em sentido estrito, apenas o estado de probabilidade que enseja a utilização do princípio do *in dubio pro societate* na pronúncia e o estado de improbabilidade e o de credibilidade sustentam a teoria do princípio do *in dubio pro reo* e ensejam o decreto da impronúncia;

28) não se pode aplicar de modo absoluto o princípio do *in dubio pro societate*, em que compreende o termo *dúvida* em sentido amplo (probabilidade, credibilidade e improbabilidade), mas sim, apenas um deles: o estado de probabilidade, em que os motivos convergentes de crença são superiores que os divergentes;

29) o papel do Estado é a proteção ao indivíduo contra acusações levianas, buscando transformar o princípio do *in dubio do pro societate* em instrumento de garantia do devido processo legal e não de injustiça penal.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. **Derechos, razonamiento jurídico y discurso racional**. Traducción de Pablo Larrañaga. Revista de Teoría y Filosofía del Derecho, n.º 01, Alicante: Isonomia, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Teoría de los derechos fundamentales**. Traducción de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- AQUINO, Álvaro Antônio Sagulo Borges de. **A Função Garantidora da Pronúncia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. 199 p.
- BISSOLI FILHO, Francisco. **A sanção penal e suas espécies**. Curitiba: Juruá, 2010. 148 p.
- BONFIM, Edilson Mougnot; PARRA NETO, Domingos. **O novo procedimento do júri: comentários à lei n. 11.689/2008**. São Paulo: Saraiva, 2009. 172 p.
- BRASIL. Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. Organiza a Justiça Federal. Sala das sessões do Governo Provisorio, 2º República.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 167, de 05 de janeiro de 1938. **Decreto-lei nº 167, de 05 de janeiro de 1938**. Regula a instituição do Juri. Rio de Janeiro, RJ.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, RJ.
- \_\_\_\_\_. Decreto S/N, de 18 de julho de 1822. **Decreto de 18 de julho de 1822**. Crêa Juizes de Facto Para Julgamento dos Crimes de Abusos de Liberdade de Imprensa.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1824). **Constituição Política do Imperio do Brazil**: Outorgada em 25 de março de 1824. Rio de Janeiro, RJ.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro, RJ.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: Promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, RJ.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: Decretada em 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, RJ.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: Promulgada em 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, RJ.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Rio de Janeiro, RJ.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. Rio de Janeiro, RJ.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871. Altera diferentes disposições da Legislação Judiciária. Rio de Janeiro, RJ.

\_\_\_\_\_. Lei S/N, de 11 de agosto de 1827. Cria dois Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. **Lei de 11 de Agosto de 1827** Rio de Janeiro, RJ.

\_\_\_\_\_. Lei S/N, de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. **Lei de 29 de Novembro de 1832.** Rio de Janeiro, RJ.

CALVO FILHO, Romualdo Sanches; SAWAYA, Paulo Fernando Soubiê. **Tribunal do Júri:** da teoria à prática. São Paulo: Suprema Cultura Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2002.

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Código de Processo Penal:** Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. 1187 p.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **Princípios constitucionais: razoabilidade, proporcionalidade e argumentação jurídica.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016. 336 p.

DEZEM, Guilherme Madeira; JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. **Nova lei do procedimento do júri comentada:** atualizado de acordo com as leis 11.689/08 e 11.719/08. Campinas: Millennium, 2008. 160 p.

DWORKIN, Ronald. **Los derechos en serio.** 2. ed. Barcelona: Ariel Derecho, 1989. Traducción de Marta Guastavino.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão:** teoria do garantismo penal. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 925 p. Tradução de Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Chokr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes.

FRANCO, Alberto Silva et al. **Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 2035 p. (Volume 4).

GRECO FILHO, Vicente et al. **Tribunal do júri:** estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 347 p.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal.** 2. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014. 1760 p.

MALATESTA, Nicola Flamarino Dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. 6. ed. Campinas: Bookseller, 2005. 622 p. Tradução de Paolo Capitanio.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 662 p.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 1067 p.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 1119 p.

\_\_\_\_\_. **Tribunal do júri: visão linguística, histórica, social e jurídica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 297 p.

SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. 2261 p.

TUCCI, Rogério Lauria. **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 477 p.